



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
JORNALISMO

**O JORNAL COMO INSTRUMENTO DE POLITIZAÇÃO, DE
PROPAGANDA POLÍTICA E DE ORGANIZAÇÃO:
A IMPRENSA OPERÁRIA NA PRIMEIRA FASE DA INDUSTRIALIZAÇÃO
BRASILEIRA.**

LAURA LEBOSO ALEMPARTE ABRANTES DOS SANTOS

Rio de Janeiro
2008



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
JORNALISMO

**O JORNAL COMO INSTRUMENTO DE POLITIZAÇÃO, DE
PROPAGANDA POLÍTICA E DE ORGANIZAÇÃO:
A IMPRENSA OPERÁRIA NA PRIMEIRA FASE DA INDUSTRIALIZAÇÃO
BRASILEIRA.**

Monografia submetida à Banca de Graduação
como requisito para obtenção de diploma de
Comunicação Social – Jornalismo.

LAURA LEBOSO ALEMPARTE ABRANTES DOS SANTOS

Orientadora: Profa. Dra. Ana Paula Goulart Ribeiro

Rio de Janeiro
2008

FICHA CATALÓGRAFICA

SANTOS, Laura Lebos Alemparte Abrantes dos.

O jornal como instrumento de politização, de propaganda política e de organização: a imprensa operária na primeira fase da industrialização brasileira. Rio de Janeiro, 2008.

Monografia (Graduação em Comunicação Social – Jornalismo) –
Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Escola de Comunicação – ECO.

Orientadora: Ana Paula Goulart Ribeiro

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO

TERMO DE APROVAÇÃO

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, avalia a Monografia **O jornal como instrumento de politização, de propaganda política e de organização: a imprensa operária na primeira fase da industrialização brasileira**, elaborada por Laura Leboso Alemparte Abrantes dos Santos.

Monografia examinada:

Rio de Janeiro, no dia/...../.....

Comissão Examinadora:

Orientadora: Profa. Dra. Ana Paula Goulart

Doutora em Comunicação pela Escola de Comunicação – UFRJ

Departamento de Comunicação - UFRJ

Prof. Dr. Vitor Mario Iorio

Doutor em Comunicação pela Escola de Comunicação – UFRJ

Faculdade de Administração e Ciências Contábeis - UFRJ

Prof. Dr. Marco Antonio Roxo da Silva

Doutor em Comunicação pelo Instituto de Arte e Comunicação Social – UFF

Departamento de Comunicação - UFRJ

Rio de Janeiro

2008

SANTOS, Laura Leboso Alemparte Abrantes dos Santos. **O jornal como instrumento de politização, de propaganda política e de organização: a imprensa operária na primeira fase da industrialização brasileira.** Orientadora: Ana Paula Goulart Ribeiro. Rio de Janeiro: UFRJ/ECO. Monografia em Jornalismo.

RESUMO

O trabalho identifica a imprensa operária no momento anterior à fundação do Partido Comunista Brasileiro. Perceber as influências políticas no movimento operário que surge no Brasil é o ponto de partida para compreender a imprensa operária como resultado deste movimento e como transformador da própria história. A pesquisa analisa através de alguns jornais operários pontos de convergência e de crítica à imprensa oficial capitalista, por meio do exame de aspectos de forma e conteúdo desses periódicos. O jornal escrito principalmente pelo militante imigrante de ideologia anarquista é o primeiro contato do proletariado com a leitura e com a formação política, além de ser importante elemento organizador da classe.

Ao meu pai Glaucio e a minha mãe Elena, que eu amo e que fizeram mais do que suas saúdes permitiam para que nós quatro estudássemos e realizássemos nossos sonhos.

Ao meu avô Nicolau que era muito feliz e sempre sorridente, apesar da brutalidade que sofreu por querer que houvesse igualdade entre os homens.

A José Carlos, que me segurou e se empenhou em me fazer estudar, iniciar e concluir esta monografia.

Aos meus lindos irmãos Glaucio, Fernanda e Gustavo.

À vovó Socorro, ao jornalista Benito.

À minha amiga Gleice.

A todos os meus amigos e familiares que sempre torcem incondicionalmente.

À lembrança da vovó Esmeralda e da Tia Clotilde.

A minha orientadora Ana Paula que não incorporou o mito do orientador ausente e me apoiou em meus momentos de dúvidas, fazendo-me melhorar sempre que possível.

Aos pesquisadores e estudiosos que preservam o que o sistema capitalista tenta apagar a qualquer custo: a história de resistência do proletariado.

A todos os companheiros do Banco do Brasil que foram pacientes com as minhas ausências e com os meus atrasos, ao longo de toda a trajetória de minha faculdade.

Aos companheiros de luta do Brasil e de todo o mundo, que questionam as coisas como elas são dadas, que não aceitam nenhuma forma de opressão e violência e que dedicam parte significativa de suas vidas à transformação do mundo em uma sociedade verdadeiramente socialista.

As páginas desta imprensa (operária) narraram, ao longo de sua experiência, a história das derrotas populares, das rebeliões vencidas e dos heróis anônimos sacrificados em nome da coletividade. Nos seus registros e nos documentos dos partidos operários – jamais divulgados pelos media e inexistentes na história oficial – é possível a recuperação destas memórias perdidas, propositalmente apagadas, mas autênticas e ricas em ensinamentos, lições a serem aprendidas.
(NARARETH. 1995, p. 14)

Esse jornal seria uma pequena parte de um gigantesco fole de uma forja que aticasse cada fagulha da luta de classes e da indignação popular, transformando-a em um grande incêndio. (...) Sobre os andaimes desse edifício comum em construção, logo veríamos subir, saídos das fileiras de nossos revolucionários, (...); dentre nossos operários, que encabeçariam o exército mobilizado e levantariam todo o povo para acabar com a infâmia e a maldição da Rússia. É com isso que é preciso sonhar!
(LENIN. 2006, p 302)

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO

2. SURGIMENTO DA CLASSE OPERÁRIA NO BRASIL

- 2. 1. Revolução Industrial na Europa e industrialização no Brasil
- 2. 2. Abolição da escravatura e imigração europeia
- 2.3. As primeiras lutas e as primeiras organizações operárias.

3. ASPECTOS DO USO DA IMPRENSA NOS PRIMEIROS ANOS DA ORGANIZAÇÃO OPERÁRIA

- 3.1. Breve perfil do jornal nas primeiras lutas
- 3.2. Principais características formais
- 3.3. Principais características de identidade e conteúdo

4. ESTUDO DE ALGUNS POCOS ENTRE CENTENAS DE CASOS

- 4.1. A introdução da imprensa política no meio operário
- 4.2. O período de hegemonia anarquista no início do século XX
- 4.3. Sucinta discussão do conceito de ideologia na imprensa operária.

5. CONCLUSÕES PROVISÓRIAS

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

7. ANEXOS

1. INTRODUÇÃO

Lembrando de experiências próximas, em vivências com o movimento social, mesmo quem nunca se engajou em alguma causa, com certeza já teve contato com o movimento em geral. Desconsiderando o fato de assistir a notícias pela televisão ou ler uma matéria nos jornais da grande imprensa, recebeu em suas mãos o jornal da categoria em que trabalha ou até mesmo, nos tempos de escola e faculdade ouviu estudantes “passarem em sala”, dando recados de atividades e muitas vezes, distribuindo panfletos e jornais.

Memorizar a fala do representante estudantil ou do delegado sindical para quem não está com o ouvido atento a esses assuntos é quase impossível e o que resta para alertar sobre temas importantes é o panfleto, o boletim, o jornal. Essa ainda é a experiência presente, em pleno século XXI, mesmo com as inovações tecnológicas trazidas pela computação, poucas entidades de organização social abrem mão do jornal impresso.

Uma das tarefas a que se propõe este trabalho é destacar como esse processo de entendimento iniciou-se há mais de um século entre os trabalhadores. Porque parece razoável entender o uso do jornal nas entidades e até mesmo nas empresas contemporâneas hoje, mas como a classe operária em formação passou a usar a comunicação para si e para sua própria organização é parte de uma evolução no modo de agir dos trabalhadores de todo o mundo. E essa questão principal motivou este exame, além de ser essa a justificativa da escolha do período histórico que registra o aparecimento da industrialização no país, entre meados do século XIX e primeiras décadas do século XX¹.

A industrialização brasileira começou tardiamente em relação aos países pioneiros na Europa e na América do Norte. Mesmo nos dias atuais, o que temos de informação e formação nos movimentos sociais é predominantemente a imprensa escrita. Em especial, isto ocorre em relação ao período que a classe trabalhadora no Brasil passava por uma transformação importante: a mão-de-obra escrava começava a ser substituída pela mão-de-obra assalariada e livre. Ademais, milhares de imigrantes chegavam ao Brasil como parte de uma política de complementação da força de

¹ Os historiadores em geral compreendem que a classe operária no Brasil começou a se desenvolver a partir da segunda metade do século XIX, mantendo características comuns até os idos entre 1922 e 1930, por ocasiões da fundação do Partido Comunista Brasileiro e do golpe do Estado Novo.

trabalho para as indústrias nascentes. Ou seja, o perfil dos trabalhadores estava em mutação.

Nelson Werneck Sodré afirmou que a história da imprensa capitalista é contada a partir da história do próprio capitalismo. No raciocínio análogo, podemos concluir que a história da imprensa operária começa juntamente com a história da formação desta classe social. Assim, se procura fazer uma breve análise de como foi a vida dessas pessoas que deste cedo não se conformaram com as condições que lhes foram impostas e se uniram aos seus pares para combater o que consideravam errado e injusto.

A história oral é uma fonte importante e poderia ser mais utilizada na pesquisa sobre o movimento operário, mas provavelmente o fato de os militantes terem sido e serem continuamente perseguidos impede que os ativistas passem a um repórter ou a um pesquisador seus relatos. Especialmente na ocasião de que se trata este rápido texto, a reação do Estado contra qualquer forma de questionamento ou organização era a violência. Os jornais operários pesquisados fazem constantes referências ao assassinato, prisão e deportação dos principais líderes da época. De fato, a opinião do pesquisador Edgar Rodrigues é de que a influente fase anarcossindicalista somente teve fim no Brasil devido à eficiente política de perseguição refletida na “Lei de Expulsão”. Portanto, a fonte mais acessível continua sendo a dos diversos jornais produzidos e hoje arquivados e é a origem de conteúdo utilizada na pesquisa desta monografia.

Cabe aqui trazer a discussão sobre as diferentes denominações que aparecem ao longo da investigação realizada e a justificativa para a opção pelo conceito de imprensa operária. Diferentes qualificações surgem na bibliografia estudada. Além de imprensa operária, imprensa sindical, imprensa de opinião e imprensa partidária.

Se imprensa operária fosse determinada somente pelo ponto de vista do produtor, do receptor ou até mesmo da mensagem, seria necessário dar outros nomes para essa mesma imprensa. Ao longo da monografia, aparecem momentos que não é necessariamente o operário que produz o jornal, como na primeira fase, quando grupos de intelectuais brasileiros eram os responsáveis pelos jornais de cunho político. Os assuntos são bem variados e sob esta ótica, quando essa imprensa não falasse diretamente dos assuntos da classe, mas discutisse política internacional, por exemplo, poderiam surgir dúvidas quanto à natureza do material estudado. Por isso, imprensa operária é considerada aqui aquela produzida para difundir as demandas da classe trabalhadora e denunciar suas dificuldades frente ao sistema capitalista e não obrigatoriamente uma imprensa produzida somente por operários, por exemplo.

A mesma discussão acontece com o conceito de imprensa de opinião. Tal denominação alude à idéia de que a grande imprensa em geral não é “de opinião”, mas de informação e de formação, reforçando a ilusão da imprensa “independente” de pensamentos e interesses políticos. É justamente desta maneira que a imprensa representante da classe hegemônica procura disseminar sua ideologia, como se fosse autônomo e imparcial, como se não fosse representante, reproduzidor e mantenedor dos interesses políticos e econômicos dos setores dominantes da sociedade. Além disso, há exemplos históricos de jornais tipicamente conhecidos como de opinião, porém que expressam conteúdos conservadores, sendo mesmo contrários aos interesses da classe trabalhadora. Por essas razões não há como chamar o objeto deste estudo de “imprensa de opinião”.

Os termos “imprensa sindical” e “imprensa partidária” são por si sós limitações do que pode ser recortado aqui. Os pesquisadores estudados usam tais denominações em outros períodos históricos no Brasil, quando havia ou o predomínio do movimento sindical na luta socialista ou o predomínio de um ou outro partido na organização dos trabalhadores.

Dessa forma, pareceu ser mais coerente a decisão pela expressão de imprensa operária, por ser mais ampla do que demais possibilidades. Além disso, a escolha reflete uma concordância com a própria maneira de o movimento social denominar o tipo de imprensa produzida e pensada pelos operários das primeiras fábricas brasileiras.

O que resulta de significativo na existência da imprensa operária é o fato de que ela estará sempre ligada a alguma forma de organização da classe trabalhadora – seja partido, sindicato ou qualquer outra espécie de agremiação –, circulando de maneira diferente da imprensa burguesa, ou grande imprensa. O veículo de comunicação da classe trabalhadora – quer seja representante de sindicato ou de partido – não tem proprietário, e sua mensagem não é uma mercadoria a ser consumida; seu conteúdo é resultado do conjunto de informações, preocupações, propostas etc. produzido pela coletividade e para ela mesma. O jornal é um instrumento de informação, conscientização e mobilização; o receptor não é elemento passivo, mas alguém que tem interesses comuns e participa da mesma forma de organização (...). (FERREIRA, 1988, p. 6)

A monografia está dividida em cinco capítulos, sendo três de desenvolvimento. O capítulo dois traz a contextualização histórica do surgimento da classe operária no mundo e pouco depois no Brasil. Trata da Revolução Industrial na Europa e da industrialização tardia e dependente no país quase um século depois do aparecimento das indústrias inglesas. Procura traçar as origens do operariado brasileiro, fortemente enraizadas na política elitista de “branqueamento” da população, através da imigração, além dos negros recém libertos que também precisam ser absorvidos como mão-de-obra livre, mesmo que com mais dificuldade do que os estrangeiros. Este capítulo também procura destacar os primeiros passos na consciência de classe desses trabalhadores e citar as primeiras organizações da luta de classe, principalmente através dos instrumentos da imprensa e da greve.

O capítulo seguinte discute os principais aspectos da imprensa operária que surge nas cidades e como sua utilização está atrelada à organização laboral. Os traços formais de alguns jornais são apontados, além de uma sintética análise de conteúdo. A busca por uma identidade de classe em si e para si, no corte teórico de Marx, é a base para tentativas de compreensão do que representaram estes primeiros jornais na relação daquelas pessoas e seu cotidiano de exploração.

O capítulo quatro aborda o estudo de casos de duas fases distintas identificadas na imprensa operária até os anos de 1920. A primeira fase representa a imprensa política produzida principalmente por intelectuais nascidos no Brasil que estudaram na Europa e trazem para cá, ao retornar as novas idéias progressistas (entre elas as socialistas) que se discutia no Velho Mundo. A segunda fase é hegemônica pelos editores de perfil anarquista e destaca-se pelo grande número de publicações, numa possível preocupação em atingir a maior quantidade de trabalhadores. Em seguida, se apresenta uma abreviada discussão sobre o conceito de ideologia na imprensa tradicional empresarial e como a imprensa operária procura combater essa construção do “real capitalista” e é ao mesmo tempo obrigada a não repetir esse processo para se manter no foco principal da emancipação da classe.

Ressalta-se que o empenho de profissionais de pesquisa e arquivo tem sido fundamental para a preservação da memória da luta dos trabalhadores, porque a história oficial tem todos os motivos para não o fazer. Para que as histórias de resistência não sejam enterradas juntas com seus atores, o trabalho das pessoas que se dedicam a conservar, pesquisar e divulgar essas histórias torna-se imprescindível. Os mesmos

materiais que antes foram instrumentos ativos na luta por melhores condições de vida e hoje são documentos para compreender esse processo são conservados em alguns pontos do país. É importante citar os principais acervos abertos para estudos desta natureza, entre eles a Fundação Biblioteca Nacional, na Cinelândia no Rio de Janeiro; o Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro, do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ, no Largo de São Francisco, Centro do Rio, e o Arquivo Edgard Leuenroth, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Estadual de Campinas em São Paulo. Em todos eles, os acervos estão disponíveis ao público, perfeitamente resguardados após décadas de instabilidade, ditaduras, diferentes revoltas e governos.

Infelizmente, não foi possível visitar Campinas, o que impede que este trabalho esteja mais completo, mesmo conhecendo o endereço eletrônico do Arquivo Edgard Leuenroth que é tão rico em informações como o dos demais acervos. No Rio, consultou-se a Biblioteca Nacional e se vasculhou o Arquivo de Memória Operária do Rio. O interesse recaiu sobre os periódicos mais destacados no decorrer da leitura indicada e que pareceram sobressair-se no cenário do movimento anarcossindicalista da primeira fase do desenvolvimento industrial brasileiro. Dentre as centenas de edições de jornais de cunho socialista produzidas no Brasil até cerca de 1930 e armazenadas hoje nos locais de pesquisa acima mencionados, várias foram lidas apenas rapidamente e outras sequer foram consultadas, devido ao grande volume existente de material de consulta. Esse fato certamente evitou que se aprofundasse mais no tema, deixando para o futuro a tarefa de retomar este assunto e continuar a pesquisa iniciada por outros estudiosos no passado e pincelada aqui.

Ao contrário do que se pensava, a bibliografia referente ao assunto não é de todo escassa, provavelmente devido ao fato de muitos dos autores mais recentes estarem ligados à academia, atuando simultaneamente em movimentos de resistência dos trabalhadores e sindicais e em partidos que reivindicam o socialismo. Além dos jornais preservados, muitos pesquisadores passaram suas vidas analisando esse extenso material e escrevendo sobre suas reflexões, o que resultou em muitos livros e cadernos sobre a temática.

Essas facilidades possibilitadas pelo esforço de muitos, tornaram a conclusão deste trabalho mais simples e mais prazerosa do que se supunha.

2. SURGIMENTO DA CLASSE OPERÁRIA NO BRASIL

Este capítulo trata da formação da classe operária no Brasil. Não deixa, porém, de localizar a formação da classe operária na própria História, a partir dos primeiros e mais importantes processos de industrialização ocorridos na Inglaterra no início do século XVIII e nos Estados Unidos já no final do mesmo século. Reservadas as distinções específicas referentes a conjunturas históricas, a forma como a industrialização afetou trabalhadores de diferentes contextos foi aproximadamente a

mesma. A intensa exploração e subumanas condições de trabalho repetiram-se em diferentes países, continentes e culturas, independente de quando as fábricas nasceram.

Embora a industrialização como resultado de uma política concreta no Brasil tenha surgido apenas a partir do Estado Novo, a chegada da Família Real Portuguesa em 1808 pôs fim ao período conhecido no Brasil como de “Proibição”. Esse período compreendeu os séculos entre 1500 até 1808 e durante esse tempo era de fato proibida qualquer produção manufatureira que não fosse para consumo interno imediato, como tecidos simples, calçados e cerâmicas para uso doméstico. Todo o restante deveria ser importado da metrópole. De meados do século XIX até o golpe de Getúlio, a industrialização desenvolveu-se ainda que muito incipiente, portanto. Para se ter idéia, em plena Revolução de 1930², cerca de 70% da riqueza era gerada ainda pela produção de café. Apesar disso, nessa mesma época, as principais capitais do país já continham mais de 300 mil operários em fábricas.

O capítulo procura traçar as origens desse novo trabalhador moderno brasileiro. Desde os negros recém libertos, massacrados pela escravidão e abandonados ao relento após a abolição até os imigrantes europeus, expulsos de seus países por motivações políticas ou simplesmente pela miséria e pela fome. Essa confluência de origens é única e constitui a base da formação da mão-de-obra operária brasileira. O que foram esses trabalhadores é a raiz do foi a resistência proletária até meados os anos de 1920. Sendo o principal modelo seguido até os nossos dias, em pleno século XXI. As entidades, as greves e o foco deste trabalho – o jornal – continuam sendo as principais táticas que os trabalhadores ainda hoje utilizam para se defender da exploração capitalista e para se organizarem.

2.1. Revolução Industrial na Europa e industrialização no Brasil

A partir de meados do século XVIII, na Europa, houve o início do que conhecemos como Revolução Industrial. O trabalho de manufatura que antes era feito

² A chamada Revolução de 1930 foi um movimento político-militar que procurou romper com as tradições econômicas do latifúndio monocultor de agro-exportação. Dirigido por militares dos estados do Rio Grande do Sul e Minas Gerais, conquistou a derrubada da presidência de Washington Luís, em outubro do mesmo ano. Em 1929, São Paulo rompera com a política de alianças conhecida como “política do café com leite” indicando para a presidência Júlio Prestes. Em resposta, Minas Gerais apoiou o candidato da oposição Getúlio Vargas. Prestes é eleito em março, mas não toma posse devido ao golpe organizado pelos opositores ao governo. Vargas assume o poder em 3 de novembro.

por artesãos, auxiliados eventualmente com instrumentos e máquinas simples, passa a ser produzido pela máquina a vapor.

Porque operavam essas máquinas, os trabalhadores passaram a se chamar operários. Assalariados, mal recebiam o suficiente para alimentar a si e a seus filhos. Mulheres, homens e crianças pequenas eram submetidos a jornadas ininterruptas de trabalho de até 19 horas por dia todos os dias da semana.

Essa revolução foi historicamente possível devido ao grande volume de capital acumulado durante os anos de exploração mercantilista nas colônias americanas, asiáticas e africanas. Todo ouro, prata, pedras preciosas e madeira nobre foram gradualmente indo parar nos cofres da Inglaterra, França e Bélgica. Não por acaso, três dos países pioneiros nas revoluções industriais a partir de 1760 na Inglaterra e 1800 na França e Bélgica.

Karl Marx identifica esse período como o de “acumulação primitiva” ou como o “período pré-capitalista”. A acumulação primitiva não é entendida por Marx como algo que decorra do modo capitalista de produção em si, mas como algo que é o ponto de partida do capitalismo.

Marcam época, na história da acumulação primitiva, todas as transformações que servem de alavanca à classe capitalista em formação, sobretudo aqueles deslocamentos de grandes massas humanas, súbita e violentamente privadas de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como levas de proletários destituídas de direitos. (MARX, 2005, p. 829)

Entre 1450 e 1750, a Península Ibérica foi o principal porto de chegada de riquezas diversas advindas das colônias exploradas. Durante essa verdadeira revolução comercial, promovida pelas Grandes Navegações, partiu uma grande fortuna advinda da exploração das colônias em direção a Portugal e a Espanha. Desses reinos, em seguida, esse capital acumulado partiu em direção aos países que mais tarde promoveriam as revoluções industriais na Europa, sendo que este deslocamento de dinheiro deveu-se principalmente ao pagamento de dívidas das monarquias ibéricas.

Além do acúmulo de bens materiais que possibilitasse do financiamento das indústrias, outro importante fator para o surgimento do capitalismo, ao longo da história, foi a dissociação entre os trabalhadores e a propriedade dos meios de produção.

Marcam época, na história da acumulação primitiva, todas as transformações que servem de alavanca à classe capitalista em formação, sobretudo àqueles deslocamentos de grandes massas humanas, súbita e violentamente privadas de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como levas de proletários destituídas de direitos. A expropriação do produtor rural, do camponês, que fica assim privado de suas terras, constitui a base de todo o processo. A história dessa expropriação assume matizes diversos nos diferentes países, percorre várias fases em seqüência diversa e em épocas históricas diferentes. (Idem, p.831)

Karl Marx estudou com maior dedicação o exemplo da Inglaterra, onde a expropriação dos camponeses passou a ser conhecida por um fenômeno conhecido como cercamento. Para ele, o passo fundamental para a criação do sistema capitalista industrial é a retirada do trabalhador de sua propriedade de seus meios de trabalho, um processo que transforma em capital os meios de subsistência e transforma em assalariados os produtores indiretos que eram anteriormente diretos.

Como resultado da economia feudal, os servos sobreviviam das colheitas e das criações nas terras dos senhores. Com a justificativa inicial do aumento do preço da lã, os senhores inauguraram uma agitação de expropriação de terras dos colonos. Tanto a violência das armas quanto a imposição da legislação parlamentar que institucionaliza o cercamento, arrastam todos os direitos de usufruto das terras por parte dos colonos moradores e produtores originais.

Inclusive, uma conseqüência imediata, em um primeiro momento, desse movimento é o aparecimento de uma multidão nunca antes vista de pobres que passa a ocupar as cidades em formação. Essa implicação gerou mais um benefício para os primeiros capitalistas industriais: um enorme contingente de pessoas obrigadas a disponibilizar sua força de trabalho à venda a fim de reaver recursos mínimos de sobrevivência. Inicialmente, as novas fábricas ainda em expansão não absorvem a maioria desses antigos camponeses e a quantidade de miseráveis é tão significativa, que obriga a rainha Elizabeth a introduzir o primeiro imposto de assistência aos pobres.

Marx afirma ainda que as máquinas surgem no desenvolvimento industrial não para aliviar o trabalho do ser humano, mas para produzir mais-valia³. Nas mãos da classe capitalista, a maquinaria é empregada para baratear o produto, aumentando, dessa maneira, a exploração de quem vende sua força de trabalho.

Durante todo esse complexo processo de política, agressão e transformações, assiste-se a uma cisão muito importante na sociedade: construíram-se duas classes sociais principais e essencialmente antagônicas. Uma é a classe dos capitalistas, proprietários dos meios de produção, exploradores da outra classe, a trabalhadora. Esta só dispõe da sua força de trabalho e de sua capacidade de produzir e sem vender sua força, o trabalhador é incapaz de sobreviver.

A diferença de um poder explorar e outro ser explorado é uma oposição sempre desigual e inicialmente, a classe operária permanece bastante frágil diante dessa contradição. Como já dissemos, crianças de cinco anos, mulheres grávidas, idosos, homens doentes eram submetidos ao cansaço e à escassez de alimento. Não se falava em direito do trabalho, muito menos em direito do trabalhador. Toda a legislação vigorava em favor dos burgueses e suas empresas.

Em “O Capital”, o autor relata o estudo de um médico chamado Dr. Greenhow que estudou por 25 anos a saúde dos operários de fábricas de cerâmica em diferentes cidades da Inglaterra. Em especial, observou crianças que trabalhavam das 2 horas da manhã até às 22 horas. Greenhow analisou ao longo das gerações que os trabalhadores da cerâmica apresentavam gradativa degeneração de estatura e peso, com freqüentes deformações no tórax. A morte levava quase todas as vítimas das longas horas de trabalho sem descanso pela anemia, dispepsia, doenças hepáticas e renais, pneumonia, asma e bronquite.

Góes trata da saúde dos operários brasileiros em 1903, baseada em edições do jornal *A Nação*, que acusavam cerca de 360 mortes de trabalhadores por semana, sendo todas as mortes decorrentes de descuidos com a higiene básica. Tuberculose, sistema digestivo e circulatório, varíola e peste bubônica são as principais causas. Para superar esses problemas, os jornais operários costumavam reivindicar que os pisos das fábricas passassem a ser lavados ao menos uma vez ao mês e que houvesse mais água limpa disponível ao consumo. Apesar dos relatórios alarmantes deste e outros médicos

³ Mais-valia é o conceito econômico usado para denominar a diferença entre o valor do que o trabalhador produz e o valor do seu próprio trabalho, dado pelo custo de sua subsistência. A mais-valia é usada para medir a exploração dos assalariados pelos capitalistas.

estudiosos da época, muito tempo levou-se antes que o estado interviesse e passasse a impor limites às jornadas de trabalho e exigisse melhores condições de higiene nas fábricas.

Algumas décadas mais tarde do que na Europa, deu-se início a industrialização nos Estados Unidos, onde é possível observar distinções significativas no que toca a origem da formação de mão-de-obra e processo de acumulação de capital. Fundamentalmente, porém, os efeitos sobre a classe trabalhadora (o que nos interessa) são os mesmo que no restante do mundo. Assim, o capitalismo encontrou no século XVIII ótimas condições para seu desenvolvimento. Os maiores lucros eram alcançados como nunca antes na História, devido à aceleração da produção. As máquinas passaram a produzir muita quantidade em curto espaço de tempo. Como resultado, além do aumento da execução produtiva, houve dispensa de mão-de-obra, antes absorvida pelo trabalho artesanal. Esse processo possibilitou também uma redução drástica do que era oferecido como salário, fazendo com que os trabalhadores ficassem, ou desempregados, ou sujeitos a salário de fome e jornadas exaustivas sem descanso no trabalho.

O mundo assistia a uma importante revolução econômica, com diferenças específicas entre diferentes países, mas com semelhanças terríveis no que diz respeito ao trato com os trabalhadores. Na Inglaterra, França, nos Estados Unidos e como veremos a seguir no Brasil também.

Durante todo o período das primeiras revoluções industriais já citadas, o Brasil manteve sua economia no antigo modelo monocultor extensivo, latifundiário, de exportação e de mão-de-obra escrava. Essa era a base política e econômica do Império, sendo que apenas nos últimos anos do século XIX, o país teria condições para assistir ao seu primeiro surto de industrialização.

As condições internas podem ser identificadas pela riqueza gerada através da expansão do cultivo e comércio do café, que foi exportado por longos períodos a preços bons no mercado, favorecido pelo largo uso de mão-de-obra imigrante, principalmente italiana. A partir de 1850, quando acaba o tráfico negreiro, o preço do escravo sobe e a substituição pelo trabalhador livre começa a acontecer.

O trabalho livre permitiu que os trabalhadores pudessem questionar com um pouco menos de repressão as duras condições a que eram submetidos. Além disso, o próprio ciclo cafeeiro possibilitou uma importante acumulação de capital dentro do Brasil. É até mesmo possível

dizer que o dispêndio no tráfico de negros tenha sido direcionado à acumulação no país. (GOES, 1988, p.13)

Em fins de século XIX e século XX, houve um importante crescimento na população urbana, já que a produção era escoada para os principais centros do país. O crescimento da produção e venda de café (primeiramente às margens do Paraíba do Sul até que o solo estivesse completamente empobrecido e depois seguindo em direção ao Oeste Paulista), favoreceu a construção e crescimento da malha ferroviária e da navegação de cabotagem, interligando o interior ao litoral. Todas essas condições favoreceram a expansão de um mercado consumidor e fornecedor internos, beneficiando ainda mais a urbanização.

Esse processo incentivou o aparecimento de pequenas indústrias, como bens de consumo, têxteis, móveis, vestiário, alimentos e construção civil, a fim de suprir as necessidades imediatas da população que crescia. Com o direcionamento dos capitais antes usados no tráfico de escravos para as atividades manufatureiras e comerciais, pode-se observar o fortalecimento dos primeiros centros urbanos no sentido de uma frágil urbanização, em cidades como Rio de Janeiro e São Paulo.

Os capitais acumulados também patrocinaram melhorias no saneamento, por meio da implantação das primeiras redes de esgoto, a construção de novas casas populares, além de novas abordagens como vacinação, o que possibilitou uma queda nas altas taxas de mortalidade existentes, liberando para as novas e pequenas indústrias mercado de trabalho abundante e saudável.

A riqueza do café diferenciou-se das demais produções econômicas pelas quais passara o país (cana, cacau, algodão, ouro, etc.) pela configuração de uma nova burguesia, a burguesia do café. O capital acumulado do chamado “ouro-verde” acabou sendo destinado ao incentivo da industrialização, fazendo circular o capital com maior fluidez dentro do Brasil.

2. 2. Abolição da escravatura e imigração européia

As atividades comerciais eram intensas, destacando-se o comércio importador e exportador. O comércio de estiva, em mão de portugueses, deixou de ser alimentado somente por importação estrangeira e passou também a distribuir

a produção interna de gêneros alimentícios no comércio a varejo. O “comércio de varejo” se expressava em lojas pequenas, proporcionando grandes lucros aos seus proprietários, portugueses, sírios e italianos. Os grandes comerciantes, muitas vezes, eram proprietários de meios de transportes, de oficinas, de trapiches em pequenos portos, por onde desembarcavam a produção de café, açúcar, algodão, etc. Esses comerciantes eram também proprietários e locadores de residências. No comércio, predominava o crédito e havia nesse setor muitos prestamistas. (Idem, p. 14)

O trecho ilustra o perfil que se delineava das populações urbanas em formação no período de passagem entre os séculos XIX e XX. Naquele tempo, já eram profundas as diferenças entre as principais capitais e as cidades interiores, no entanto, mesmo assim, a administração do país empenhava-se em projetos que interligassem a produção, o escoamento e o consumo.

Após a proclamação da república, o Estado concentrou-se nos centros e as antigas oligarquias continuavam a dominar o campo e isso parecia ser um entrave à conexão proposta. Portanto, assim como permaneciam o sistema de produção colonial e a dependência econômica dos mercados externos, permaneciam também as más condições de vida. Esta certa “distribuição de poder” era o que assegurava a resistência em substituir o modelo agrícola exportador para a produção industrial. Uma das principais contradições do novo estado brasileiro nesse momento é a expressão das oligarquias exportadoras no poder. Permanece assim uma herança colonial, tendo o estado como mediador das forças políticas e econômicas, mediando as relações de produção e das classes sociais, como afirma Góes.

Esse poder exerce-se através do controle da força de trabalho, como mediador e defensor do capital, manifestados no incentivo à produção, na instalação de uma infraestrutura de serviços, como estradas, correios, na criação de escolas profissionais, presídios, asilos, orfanatos, aparato policial, etc. Antes que houvesse uma legislação trabalhista que viesse beneficiar os trabalhadores, havia todo um aparato para reprimir e controlar a força do trabalho. O

Estado exerce uma dominação sobre toda a sociedade civil, da qual ele é expressão, através da legislação, do aparato policial e outras formas. (Idem, p. 18)

Mesmo com essa situação, o setor terciário (bancos, serviços públicos, escolas) cresce bastante nas capitais, principalmente no Rio de Janeiro. Não podemos esquecer que com o fim da escravidão e a chegada de milhões de imigrantes, a aglomeração populacional transformou as relações sociais nas cidades. O capital do café também possibilitou a modernização do porto, construção de cais, novos edifícios, ampliação e saneamento das ruas.

O desenvolvimento da vida urbana antecedeu a industrialização e ao mesmo tempo foi um dos responsáveis pelo surgimento dessa, mesmo que ainda de forma rudimentar. Segundo Maria Conceição, os imigrantes que se concentraram nas fazendas de café, logo foram absorvidos como mão-de-obra operária qualificada, pois muitos haviam conhecido o dia-a-dia das fábricas de seus países de origem.

No Rio de Janeiro, em 1872, numa população de 275.000 habitantes, 84.000 eram imigrantes. E, em 1890, a população da capital era de 522.000 habitantes, sendo 124.000 de fora, ou seja, 25% da população. Entre os anos de 1875 e 1914, o Brasil recebeu 4 milhões e 500 mil estrangeiros, entre italianos, espanhóis, portugueses, alemães, sírio-libaneses, japoneses e até mesmo poloneses e ucranianos. (Idem, p. 20)

As cidades que podemos chamar de pioneiras na industrialização são o Rio de Janeiro, Juiz de Fora e São Paulo. Este último sendo o lugar que mais atraiu imigrantes. Somente, na última década do século XIX (1890-1900), chegou um milhão de imigrantes, sendo novecentos mil italianos. Esses italianos se concentraram em São Paulo. Para o Rio foram a maioria dos espanhóis e portugueses e ao sul do país chegaram alguns alemães.

Na sua chegada às novas cidades, expulsos das regiões mais pobres da Europa, esses italianos, portugueses e espanhóis alojavam-se como podiam. Certamente não havia uma política para a recepção dessas pessoas, o que as empurravam para as casas de alugueis considerados caríssimos.

Mesmo com as más condições, toda essa miscigenação, essa grande e crescente diversidade étnica e cultural trouxe consigo também episódios graves de xenofobia. Góes relata alguns casos ocorridos no Rio de Janeiro. O jornal “O Jacobino” acusava portugueses de enriquecerem às custas dos brasileiros e o jornal operário “Echo Popular” denunciou em 1890 um fiscal português das obras da catedral que somente contratava portugueses para o obra. Os imigrantes costumavam serem xingados de “calçadores de tamancos”, “bigodudos suarentos” e “exploradores de brasileiros” Além das implicâncias mais banais, muita violência também foi registrada na imprensa operária. Como o caso de cinquenta portugueses que “tomaram as dores” de outro português que havia sido chamado de “cabrito jacobino” por um praça brasileiro.

Pelo menos dois jornais foram fundados para tentar difundir crítica a tais rivalidades entre brasileiros e estrangeiros. O “O Estrangeiro” e “L’Operario Italiano” na imprensa anarquista tentam chamar a atenção para o fato de que estavam todos os trabalhadores na mesma posição: a de exploração por parte do Estado, do Capital e dos Patrões. Esse parece ter sido um ensejo importante para chamar os trabalhadores à discussão da união de classe.

Nesse contexto e sem muita escolha, a as diversas categorias de trabalhadores de trabalhadores assalariados, biscateiros, vendedores ambulantes por conta própria e/ou a serviço de outrem, os funileiros, os amoladores de tesouras, os compradores de garrafas vazias, empurradores de cargas (os “burros sem rabo”), os ciganos, os desempregados, compõem as chamadas classes subalternas que vão disputar um lugar nessa sociedade. Nessa busca e nesse drama participado, vão viver angústias semelhantes e problemas comuns e em oposição a interesses diferentes e opostos aos seus. Agora, através do trabalho, surge a possibilidade de identificação dos parâmetros que permitem a passagem do individual para o coletivo social e/ou sem este a sua inserção definitiva na marginalidade. (idem, p 23)

Sabe-se que a grande maioria dos trabalhadores das fábricas nascentes é imigrante. E isso é determinante na formação do movimento operário no Brasil, pois a experiência de militância adquirida nos países de origem é imprescindível na

organização da resistência por aqui. É necessário ver agora outro elemento humano importante na gênese da classe trabalhadora, além dos estrangeiros: o negro ex-escravo recém abolido.

Em 1888, a princesa Isabel assinou a Lei Áurea e ao contrário do que pôde ter imaginado, gerou grande insatisfação entre os latifundiários. Por não terem sido indenizados pela perda de sua propriedade, os nomes da elite agrária passaram a apoiar a causa republicana. O que os livros didáticos costumam a narrar é que os negros também não foram indenizados pelos seus anos e séculos de trabalho forçado. A grande maioria dos negros, sem ter para aonde ir, sem serem absorvidos pelo trabalho assalariado e sem nenhum amparo do Estado é largada à própria sorte. Alojaram-se nas periferias das cidades, nos morros e alguns permanecem trabalhando de graça por muitos anos em determinadas fazendas, sem alternativa para usufruir de sua liberdade.

São de fato pouco numerosos os estudos que tratam da participação dos negros nos primeiros passos da rudimentar industrialização brasileira. Em geral, quando são citados, os negros aparecem nesse nascente cenário urbano como vendedores de doces e trabalhadores do lar, resquício dos antigos “escravos-de-dentro” da antiga casa grande. Em seu artigo, “O tecelão negro”, Marta Holanda Lobo ensaia a importância dos negros como mestres supervisores das primeiras fábricas. Além disso, ressalta a quase completa ausência de dados sobre os trabalhadores negros em indústrias naquele momento.

Pelo fato de haver pouca pesquisa sobre a atuação dos negros na formação da classe operária e do movimento de classe, atribuem-se aos imigrantes a constituição dos primeiros modelos de associações de trabalhadores no Brasil, erradamente. Os escravos já haviam fundado associações, como irmandades, juntas de alforria, alianças com camponeses livres sem terra, sociedade de mútuo socorro e caixas beneficentes. Os efeitos dessas associações não eram grandes, visto que suas motivações eram quase sempre de caráter religioso, com foco na caridade. Todavia, não deixavam de ser formas de resistência por parte dos negros contra o lugar que lhes era imposto pelos senhores.

Além do mais, os africanos e seus descendentes promoveram outras formas de oposição à escravidão. A mais famosa foi a criação dos [quilombos](#), um tipo de refúgio composto pelos escravos que fugiam dos senhores, sendo o mais conhecido o [Quilombo dos Palmares](#), em [Alagoas](#). Existiram, além disso, inúmeras outras formas de se resistir à escravidão, como o [suicídio](#), [assassinatos](#), [rebeliões](#) e [revoltas](#) organizadas contra os

senhores. É importante ressaltar que essas revoltas são um dos fatores que contribuíram inclusive para a abolição da escravatura.

Com relação aos empregados, sabe-se que as condições de trabalho enfrentadas no período inicial da industrialização no Brasil para os pobres e afro-descendentes eram semelhantes àsquelas do período escravagista quando os primeiros “trabalhadores livres” recebiam apenas comida, uniforme e um bônus de pagamento no final do ano, sem direito à moradia. Apenas aos mestres e contramestres eram pagos salários; depois, no século XX, os mesmos granjeavam moradia nas vilas operárias onde começavam as primeiras indústrias têxteis no Brasil. Desde o início, o trabalho fabril estava associado à pobreza e ainda com laços fortemente atrelados à escravidão a qual viera contribuir para o desenvolvimento incipiente da industrialização. (LOBO, 2004, p. 7)

Em tal situação, a classe trabalhadora operária brasileira foi se formando. O nascer de uma consciência torna-se cada vez mais aparente em apelos, protestos e imprensa operária. Até porque se os imigrantes foram absorvidos pela industrialização por terem conhecido de perto as indústrias no Velho Mundo, esses mesmos imigrantes também disseminaram as novas idéias de terra, pão e liberdade para todos. Os negros recém libertos, mesmo sem nada, também estavam dispostos a ceder a novos modos de exploração, assim como seus antepassados já sabiam resistir deste seu seqüestro do continente nativo africano. Agora, livres, aprenderiam novas formas de luta juntamente com outros trabalhadores de diferentes origens e culturas. Estas pessoas sempre tiveram que batalhar para sobreviver, mas viam agora a possibilidade de batalhar também por melhores condições desta sobrevivência.

2.3. As primeiras lutas e as primeiras organizações operárias

Durante décadas após o surgimento das fábricas e de seus operários, de super exploração e muitas mortes causadas pelas péssimas condições de trabalho, a classe trabalhadora começou a perceber que se pressionasse de diferentes formas a classe burguesa, poderia conquistar algumas melhorias fundamentais. Percebeu mais. Que os

burgueses, apesar de numericamente bem reduzidos são fortemente coesos e bem organizados. E que a organização da classe trabalhadora é fundamental para confrontar o poder econômico e político dos capitalistas, sua propriedade privada e seus lucros desproporcionais.

Voltando a Maria Conceição Pinto de Góes, em seu livro “A formação da classe trabalhadora”, lê-se sobre a dificuldade inicial dos trabalhadores de se reconhecerem uns nos outros como próximos. Mesmo convivendo com dificuldades em comum, seja no enfretamento à super exploração, seja no dia-a-dia com moradias sem saneamento, falta de hospitais e escolas e todo o tipo de privação, era estranho à classe reconhecer para si um potencial de luta e disputa.

A autora reflete sobre a heterogeneidade cultural, religiosa e histórica do proletariado em formação, com pessoas originárias dos mais diferentes lugares do mundo. Mesmo os africanos foram trazidos de um continente de múltiplas tradições, línguas, dialetos, costumes e religiões. Entre italianos, espanhóis, bantos, nagôs e jejês, asiáticos e portugueses, era de se esperar um grande conflito na construção da identidade de classe que possibilitasse a organização dos novos operários do Brasil. O que acabou por determinar o resgate do que há de comum entre os trabalhadores é o próprio trabalho, que transpassa o individual e permite a identificação do coletivo, suas necessidades, conflitos, lutas e proximidade.

O início do século XX é marcado por um Estado violento em relação à classe trabalhadora. O famoso Bota-abaixo⁴ do prefeito Pereira Passos e a repressão aos capoeiristas são exemplos. Além disso, a coação do Estado também atinge profundamente outras formas de cultura religiosa e popular, como o entrudo, o carnaval, o candomblé e o samba.

Para Pinto de Góes, é muito difícil ao operário decidir em trabalhar apenas o suficiente para sua sobrevivência e algum lazer. Após a industrialização, o trabalhador passa a ter que escolher por trabalhar nas condições impostas pelo patrão ou não trabalhar, o que não lhe deixa nenhuma escolha, na verdade.

Vito Gianotti também estuda sobre a difícil conjuntura dos trabalhadores que protestam na passagem do século XIX e o século XX. Além de um crescimento lento da

⁴ Bota - abaixo é a denominação popular para as reformas conduzidas pelo então prefeito Pereira Passos. Alargamento de ruas, abertura de avenidas (como a atual Avenida Rio Branco) e reforma do porto foram algumas das principais medidas. Mas o bota - abaixo enfrentou resistência popular quando promoveu a remoção de morros como o morro do Castelo, demolição dos cortiços e expulsão das populações mais pobres do centro para as periferias. A partir desse momento, começam a ser ocupados os morros da Providência, Saúde, Salgueiro e Mangueira.

industrialização, a economia continua sustentando-se na agricultura de exportação, baseada principalmente no café. A famosa “política do café-com-leite” mostrava que a República naquele momento não passava de mais uma representação da burguesia agrária. Podemos perceber o caráter elitista da sociedade brasileira através da própria constituição de 1891, promulgada após a proclamação da república em 1889. Os princípios liberais burgueses eram expressos na forma dos direitos civis, na liberdade de associação, de imprensa, de ir e vir, de pensamento, de fé, propriedade, livre contrato e justiça. O direito ao voto ficou limitado aos homens com mais de 21 anos e alfabetizados. Ora, podemos ter uma idéia de quantos brasileiros sabiam ler em 1891: na certa, toda a elite rica do país e alguns pouquíssimos trabalhadores das cidades grandes.

Para imaginar como os coronéis e patrões dominavam plenamente e como os trabalhadores eram tratados, atribui-se ao presidente Washington Luiz a seguinte frase: “A questão social é um caso de polícia”. Não sou poucas as notícias de que trata a imprensa operária a respeito de mortes e deportações de líderes e grevistas no período que estamos estudando. A chamada Força Pública era a polícia enviada para reprimir e matar sempre que a classe trabalhadora resolvesse lutar por direitos básicos. Vale lembrar mais uma vez da completa ausência de legislação trabalhista ou de proteção ao trabalhador na época.

Vito aponta que a primeira forma de algum tipo de organização entre trabalhadores após o período de industrialização é o jornal. Centenas de jornais foram identificados e estudados até a fundação do Partido Comunista em 1922. Muito antes disso, ainda em 1845 é fundado “O Socialista”, em Niterói.

A II Internacional⁵ de 1889 procurava orientar que os trabalhadores de todo mundo se organizassem em sindicatos e partidos comunistas. De fato, isto era muito mais possível onde o capitalismo encontrava-se mais adiantado, onde havia maior número de operários e onde a história de resistência encontrava-se mais definida. O Brasil era ainda um país baseado no modelo agrícola, com negros recém libertos e com indústrias praticamente em formação, não sendo ainda determinante na política econômica. Além disso, a influência do movimento anarquista era muito forte no Brasil e isso só viria a mudar por ocasião da Revolução Russa. Os italianos e espanhóis

⁵ A “Associação Internacional dos Trabalhadores” (AIT) é fundada em 1864. Lênin chama essa organização de “I Internacional” e a organização “Internacional Socialista” que é refundada em Paris em 1889 passa a ser conhecida como “II Internacional”.

anarquistas foram por muito tempo os mais influentes líderes da resistência trabalhadora e assim foi até o final da primeira década do último século.

Assim, a resistência trabalhadora baseou-se no jornal e nas greves por muito tempo. O início do século XX é marcado por essas greves e tentaremos contar a respeito delas aqui muito rapidamente. Poucos estudiosos pesquisam esse assunto e os que o fazem encontram muitas dificuldades. Sabe-se, por exemplo, que em quase todas as repressões de greves, muitos saíam feridos e muitos outros eram executados. Como ainda acontece nos dias de hoje, a grande imprensa quase nunca registrava os mortos e a própria polícia recusava-se a informar quem havia sido assassinado. Apenas em alguns poucos casos, era possível identificar os mortos e mesmo assim quando se tratavam de líderes destacados, alvos que a Força Pública evitava. O trabalho de construir, a partir disso, o jornal era fundamentalmente clandestino. Se algum deles, por exemplo, divulgasse a listagem de mortos em alguma greve, facilmente o Estado rastrearia os mais próximos e as suas fontes.

Já sabemos que o jornal é usado como a primeira tentativa de organização entre a classe proletária e sabemos que vamos nos aprofundar mais adiante nesse tema, visto ser objeto principal desta monografia. Gostaríamos de nos referir agora a algumas das principais greves, mesmo com a dificuldade de resgatar historicamente os fatos, como explicamos acima.

Mesmo antes da virada do século, há notícias de dezenas de greves, principalmente dos estivadores cariocas e dos sapateiros paulistas. Mas é sem dúvida que, a partir de 1901, os trabalhadores de diferentes ramos e de diferentes cidades adotam definitivamente a estratégia das greves para adquirir conquistas a seu favor.

Em outubro de 1901, a greve dos trabalhadores de pedreiras que reivindicavam redução de 12 para 8 horas de trabalho, terminou com a redução para 10 horas de jornada. A partir de 1903, ocorreu uma generalização de greves por direitos básicos, como a redução da jornada para 8 horas, aumento de salário e melhores condições de segurança no trabalho. Neste mesmo ano, a conquista dos trabalhadores têxteis por 9 horas e meia contagiou a cidade do Rio de Janeiro que assistiu a sua primeira greve geral. No mesmo ano de 1903, aconteceram greves gerais no Recife, Porto Alegre, São Paulo, Juiz de Fora e Salvador. Porto Alegre conquistou redução para 9 horas diárias.

No ano seguinte, o 1º de Maio foi comemorado pela primeira vez no Brasil, em São Paulo, que já despontava como a maior capital industrial do país. Em 1905 aconteceram dezenas de greves por motivações exclusivamente políticas. Os portuários

de Santos (SP) foram os primeiros a suspender o escoamento do café em solidariedade aos operários russos que se levantavam contra o czar. Em seguida, São Paulo, Rio de Janeiro e Recife manifestaram seu apoio, aderindo à greve política.

Vito relata uma greve pela redução para 8 horas de jornada entre os trabalhadores da estrada de ferro que ligava Santos a Jundiaí, em 1906. Lá, a Força Pública foi acionada e centenas de grevistas foram agredidos. Sabe-se que 12 foram executados e até hoje não há reconhecimento formal do episódio, nem os nomes dos fuzilados.

Neste mesmo ano 1906, foi organizado na capital o primeiro Congresso Operário da história brasileira. Entre as deliberações, os trabalhadores decidiram organizar uma greve geral nacional a partir do 1º de maio do ano seguinte. A causa seria seguir lutando pelas 8 horas, divulgando a demanda a todas as cidades. A partir de 1907 ocorre uma difusão maior ainda do movimento operário brasileiro. O 1º de maio desse ano havia sido marcado pelo Congresso Operário como data de estopim para uma série de reivindicações em todo o país. Impulsionado pelo crescimento industrial da construção civil, São Paulo presenciou a greve mais longa desse ano. Durante 30 dias, os operários do setor da construção civil paralisaram exigindo redução da jornada para 8 horas de trabalho. Os patrões fingiram ceder, fechando o acordo das 8 horas, que logo depois deixou de ser cumprido. Esta greve porém foi avaliada como forte por resultado considerado positivo, pois obrigou os empresários a reconhecerem pela primeira vez que a reivindicação das 8 horas era negociável.

Devido a todas as manifestações em 1907, o governo toma duas medidas principais: a primeira é o Decreto Governamental nº 1637, que reconhece a existência dos sindicatos, mas tenta impor, na prática, controle a essas entidades. A segunda medida foi a criação do deputado Adolfo Gordo de uma lei que permitia a deportação de estrangeiros que “comprometessem a segurança nacional e a tranquilidade pública”. Vito relata a pesquisa do historiador Ernesto Pares que conta o episódio de uma greve dos trabalhadores na estrada de Ferro do Sul que após cinco dias de duração, recebeu as tropas de policiais do Rio de Janeiro, resultando na morte de mais de 70 grevistas. Tudo isso não impediu que os movimentos continuassem a aglutinar os operários e demais trabalhadores nas cidades. Em 1912, cem mil operários de fábricas diversas paralisam São Paulo.

Sabemos que em fevereiro de 1917⁶, a Rússia é chacoalhada pela revolta de milhões de pessoas massacradas pela guerra, fome e falta de liberdade imposta pelos czares. Grevistas operários conquistam o apoio de camponeses, soldados e dos marinheiros, derrubando o antigo sistema e implementando um novo governo com mais democracia. Nos meses seguintes, quando a burguesia começa a se rearticular para tomar o poder para si, os socialistas reúnem forças e assumem definitivamente o governo. A influência dessa grande conquista dos trabalhadores contagia de esperanças todos os movimentos de trabalhadores pelo mundo.

Como exemplo dessa influência, neste mesmo ano, em São Paulo, uma grande greve iniciada no bairro operário da Mooca irradia-se para o resto da cidade e em poucos dias, 50 mil operários estavam paralisados. As reivindicações eram por direitos básicos: fim do trabalho noturno para mulheres e crianças, aumento de salário, jornada de 8 horas, abolição de multas, pagamento de horas extras e direito à organização. Em pouco tempo de greve, a polícia assassina o operário anarquista Antonio Martinéz. Seu enterro arrasta para o centro paulista 10 mil pessoas cantando o hino dos socialistas, “A Internacional”. A greve se fortalece e o Comitê de Defesa Proletário⁷ assume por três dias o controle da cidade de São Paulo, forçando pela primeira vez, no Brasil, que o governo intervisse entre trabalhadores e patrões.

Muitas outras greves ocorreram em outras cidades em 1917 e também em 1918. Itu, Sorocaba, Campinas, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Recife, Salvador, Joinville, Pelotas e Santa Maria são alguns dos palcos de mobilização de destaque. No 1º de maio do Rio, 60 mil pessoas (cerca de 10% da população da época) participaram de comícios saudando a Revolução Russa e Lênin.

Assim foram centenas de greves entre diversas categorias de trabalhadores até meados de 1922. Este ano, marcado pela importante fundação do Partido Comunista, também foi distinguida pela criação da 4ª Delegacia Auxiliar, designada especificamente para reprimir o movimento dos trabalhadores.

Na primeira fase da industrialização, a corrente anarquista era a principal influência política entre os operários do sul da Europa e no Brasil, respectivamente. O

⁶ Revolução Russa – em 1917, houve na Rússia dois momentos revolucionários. Em fevereiro, O Partido Socialdemocrata Russo dirige uma série de manifestações populares e greves em oposição ao czar Nicolau II e sua política de adesão à guerra. Com o apoio de soldados e marinheiros, o regime czarista é derrubado. Em poucos meses os revolucionários bolcheviques dirigem outro movimento em outubro e assumem o caráter comunista da revolução.

⁷ Comitê de Defesa Proletário foi criado em São Paulo, em 1915. Uma das primeiras tentativas de reunir um organismo de união de trabalhadores no Brasil. Foi responsável pela organização de uma série de greves em todo o país até 1920.

anarquismo é a tendência que se opõe a qualquer forma de opressão de dominação. Acredita em uma sociedade diferente da capitalista, sem nenhum modelo de governo, sustentada pela produção e apropriação coletiva e solidária.

A principal diferença entre os comunistas ligados ao pensamento de Karl Marx, e os anarquistas, próximos ao revolucionário russo Mikhail Bakunin, era a tática para se alcançar a sociedade socialista. Para os marxistas, é necessária a existência de um partido coeso e centralizado para a derrubada dos capitalistas do poder. Bakunin, por outro lado, pensava que a derrocada do capitalismo somente se daria através organização espontânea dos trabalhadores. O alcance das idéias marxistas foi maior nos países onde ocorreu maior desenvolvimento do capitalismo (Inglaterra, França, Alemanha, Bélgica), e as idéias anarquistas encontraram terreno mais fértil para se disseminarem nos países do sul europeu (Itália, Portugal e Espanha), onde o capitalismo industrial chegou mais lentamente. Desses países recebemos a grande maioria dos imigrantes entre o final do século XIX e o século XX. É por essa razão, que por muitos anos no início dos primeiros momentos de industrialização no Brasil, o anarquismo teve grande autoridade ideológica entre os operários brasileiros.

Os anarquistas não aceitavam centralização de poder e não disputavam as lutas parlamentares, por considerá-las completamente inúteis e reforçadoras do poderio hegemônico. Também eram muito conhecidos pelo anticlericalismo, questionando intensamente todas as religiões, por considerá-las opressivas aos homens e costumavam enfrentar padres e freiras. Assim como em relação às crenças, questionavam toda forma de repressão do Estado, como serviço militar, polícia e exército.

Mesmo não achando que um partido ou qualquer organização pudesse dirigir o movimento, percebiam a luta econômica como detonação da insatisfação e do movimento dos trabalhadores. Assim, se organizavam principalmente nos sindicatos. Os anarquistas tornaram-se conhecidos por outras formas de organizar o proletariado. Entendiam que a formação política era fundamental e faziam intenso uso do jornal, da literatura em geral e do teatro.

Nas condições externas, o mundo assistia a uma grande crise do capitalismo. No início do século XX, essa crise só seria resolvida com a Primeira Grande Guerra. A conjuntura era bastante favorável à disseminação das idéias socialistas, culminando inclusive com a maior vitória comunista até hoje, a Revolução Russa dirigida pelo Partido Bolchevique.

A partir daí, surgiram organizações em forma de sindicatos, duramente reprimidas pelo estado e pelos burgueses. Essas instituições permaneceram na clandestinidade por muitos anos, porém mesmo assim foram fundamentais na organização das primeiras lutas e nas primeiras conquistas para o proletariado.

Apesar do crescimento das ideologias socialistas, a burguesia européia utilizou-se de forte repressão para desorganizar os trabalhadores com perseguição política a muitos líderes anarquistas e comunistas. Muitos desses líderes imigraram para a América e chegaram ao Brasil e aqui encontraram terreno fértil para espalhar suas idéias, diante na nascente industrialização, auxiliando diretamente na coordenação dos primeiros passos dos brasileiros no aprendizado de sua consciência, de si e para si.

3. ASPECTOS DO USO DA IMPRENSA NOS PRIMEIROS ANOS DA ORGANIZAÇÃO OPERÁRIA

A industrialização tardia no Brasil é determinante na constituição da classe operária e do movimento operário. Na Europa esses processos ocorrem simultaneamente ao da formação da própria sociedade capitalista, enquanto que no Brasil a industrialização surgiu durante uma fase mais adiantada do capitalismo: o imperialismo, plenamente desenvolvido. A livre concorrência vivida pelos burgueses ingleses havia se convertido em um sistema econômico integrado mundialmente, onde as regras eram estipuladas pelos mais países fortes.

Quando os primeiros trabalhadores ingleses, franceses e estadunidenses aparafusaram e martelaram as primeiras produções, precisaram esperar longos anos de intensa exploração, entre acertos e erros na organização de sua nova classe. Perceber a greve e a imprensa como meios de resistência e de conquistas de melhorias de vida não foi exatamente um raciocínio imediato e nem poderia ser assim.

O desenvolvimento industrial no Brasil acontece com a já vivida experiência operária e a chamada política de branqueamento da população através da imigração colaborou de forma diretamente favorável no amadurecimento da organização dos novos operários brasileiros. Esse deslocamento não só de pessoas e culturas, mas também de idéias e experimentos permitiu que o movimento operário no Brasil se aglutinasse mais rapidamente do que nos países de industrialização pioneira.

Esse, porém, foi apenas um aspecto positivo para os primeiros operários. Com toda sua estrutura política, econômica e social voltada ainda para o antigo modelo de monocultura escravista, patrões tratando seus empregados como escravos de fazenda era comum. Além disso, nenhum direito é garantido para esses trabalhadores e a organização operária dá-se apenas clandestinamente.

A tendência política de caráter anarcossindicalista orienta a resistência por duas bases principais: a movimentação propriamente dita através de greves e a formação cultural e política por meio do jornal.

Neste capítulo e no seguinte, o jornal assume lugar destacado de estudo e através dele, se procura compreender as primeiras lutas, derrotas e vitórias dos primeiros trabalhadores de fábricas do Brasil.

3.1. Breve perfil do jornal nas primeiras lutas

Desde os primeiros anos, quando surgiram os primeiros operários na Europa e depois no Brasil havia a publicação de pequenos boletins operários. Esses periódicos eram distribuídos nas fábricas, nos portos, nos canteiros de obras e onde mais houvesse trabalhadores.

A imprensa anarcossindicalista chegou ao Brasil juntamente com os imigrantes no final do século XIX e como os anarquistas eram os militantes de maior influência no período, eram eles os responsáveis pela produção de grande parte dos principais jornais. Há muitos estudos que indicam que tenha havido mais de 500 jornais diferentes desde o início da instalação das primeiras indústrias até o golpe do Estado Novo. Essa imprensa desenvolveu-se, crescendo nas capitais a partir da segunda metade do século XIX até os idos de 1920, com forte impulso principalmente com a fundação da Confederação Operária Brasileira (COB) em 1908.

Aqui é importante diferenciar os conceitos atribuídos aos sindicatos anteriores e os posteriores ao momento do golpe de 1930, que são duas conceituações distintas entre si, sendo ambas diferentes do que se estende como sindicato no século XXI. Sob governo de Getúlio, difunde-se o conceito de sindicato único e centralizador, sob controle direto do Estado. Os sindicatos fundados entre os séculos XIX e início do XX são sindicatos muitas vezes sem presidentes, extremamente libertários, carregados de ideologia anarquista, organizados pelo operariado e de atuação secreta, a fim de proteger os associados. Uma diferença crucial dos sindicatos que se trata neste trabalho dos demais modelos de sindicatos que se desenvolveriam no Brasil é seu programa revolucionário. Os sindicatos abertamente se consideravam células pré-revolucionárias e tinham como tarefa maior, além da disputa econômica, a preparação para o combate e derrubada do sistema capitalista e para a revolução socialista. Após a fundação do Partido Comunista e principalmente após a vitória bolchevique na Rússia, o papel de orientar para a revolução passou a ser centralizado nos partidos. Esses são dados cruciais antes de analisarmos os jornais daquele período com olhares do século vivido no presente.

Os jornais traziam basicamente duas abordagens de conteúdo. A primeira girava em torno dos temas relacionados ao dia-a-dia dos operários, concentrando-se na questão econômica das condições de trabalho. Textos sobre aumento de salário, redução da jornada de trabalho e divulgação sobre as conquistas dos trabalhadores europeus eram os mais comuns.

A outra abordagem era relacionada à questão política. O jornal era intensamente utilizado na propaganda das principais idéias do comunismo e principalmente do anarquismo. Havia um forte enfrentamento contra o sistema capitalista, contra a burguesia, o militarismo, o serviço militar obrigatório e contra todas as religiões, sendo o anticlericalismo católico tema recorrente, principalmente por publicações anarquistas de italianos e espanhóis, procedentes de países com forte tradição da Igreja.

A pesquisadora Maria Nazareth Ferreira destaca a participação do operário imigrante no processo de politização do proletariado brasileiro, ressaltando a importância dos intelectuais no processo de utilização do meio jornal na resistência operária. A autora considera igualmente dedicados esses dois grupos distintos na difusão das novas idéias socialistas. Os intelectuais foram responsáveis pela fundação de inúmeros jornais socialistas, auxiliando os operários em suas tarefas de formação e propaganda política.

(...) não se pode mostrar esse processo sem tocar no papel desempenhado pelos intelectuais, o qual foi de grande utilidade para a movimentação e difusão das doutrinas socialistas no meio operário. Pode-se considerar como grandes renovadores da luta da classe operária no período de resistência – que foi mais renhido – os operários imigrantes e os intelectuais. Se os primeiros desenvolveram e difundiram as novas idéias sociais, os segundos foram os responsáveis por uma parcela bastante importante desse trabalho. A fundação de jornais de cunho político, que teve seu início em Recife, principalmente a partir da geração *quarante-huitard*, desenvolveu-se por todo o Brasil, e a participação dos intelectuais esteve em todo jornal ou revista que se fundou (...). (1988, p. 9)

Ferreira enfatiza inclusive a intensa participação dos intelectuais na fundação de jornais de cunho político a partir da geração *quarante-huitard*⁸ no Recife abrindo espaço pelo Brasil para a imprensa operária que estava a caminho. Dessa forma, esses jornais iniciais levaram novas idéias à discussão no país, introduzindo o antes quase inexistente hábito de ler entre os trabalhadores. Assim, esses pensadores deram impulso à imprensa política, orientando a produção de boletins, panfletos e periódicos, publicando opiniões que questionassem o sistema. Os primeiros órgãos dessa imprensa política datam de 1848 no Nordeste. Naquele período, a capital pernambucana era um dos maiores centros de industrialização, que logo se deslocou para o Sudeste, onde passou a predominar o pensamento anarquista anos depois.

A orientação anarquista marcou não somente o pensamento do movimento proletário que começou a se formar, como também foi o norte do conteúdo e da forma como foi produzida a imprensa operária. A organização operária começou a se definir com o surgimento no Brasil do trabalho assalariado livre e com a crescente chegada de operários imigrantes. E a produção de café foi o cenário principal para essas transformações, devido à necessidade de transportar as safras por cidades até os portos, resultando no processo de urbanização nunca antes visto no país.

Assim, o trabalho livre, a presença dos operários imigrantes, a acumulação de capital, oriundo do café, e a concentração humana propiciada pela urbe reuniam, pela primeira vez na história do Brasil, alguns elementos indispensáveis para o surgimento – ainda que incipiente – do operariado como classe. (Idem, p.10)

A proliferação da imprensa operária logo após seu surgimento foi certamente o maior destaque da atuação dos anarquistas no Brasil, frente ao imenso volume de material que circulava nas mãos operárias. Pesquisar esses jornais significa deparar-se

⁸ Geração *quarante-huitard* é como ficou conhecido o movimento cujo espírito síntese foi o romantismo socialista e revolucionário francês do século XIX. No Brasil expressou-se fortemente no nordeste, em especial em Pernambuco na Revolução Praieira que durou cinco meses em 1848.

com o dia-a-dia dos trabalhadores imigrantes e negros ex-escravos que em curto espaço de tempo transformaram-se em operários das cidades.

(...) foi feito um levantamento que não pretende ser exaustivo e cujo resultado demonstrou que, do último quartel do século XIX até as duas primeiras décadas do século atual, apareceram aproximadamente 343 títulos de jornais espalhados pelo território brasileiro. Desse total, 149 títulos encontravam-se no Estado de São Paulo, dos quais 22 foram publicados fora da capital; cem títulos foram editados no Rio de Janeiro, onde apenas sete situavam-se fora da capital; 94 títulos encontravam-se distribuídos por outros Estados, destacando-se o Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Pernambuco, Alagoas e Paraná. Dos 343 títulos encontrados nesse período, sessenta eram editados em idioma estrangeiro, sendo um em alemão, quatro em espanhol e 55 em italiano. Dos jornais editados em língua estrangeira, 53 situavam-se em São Paulo, três no Rio de Janeiro e quatro nos outros Estados. (Idem, p.14)

Sobretudo, essa disseminação deveu-se a dedicação dos militantes na tarefa que se propuseram internacionalmente de politizar, educar, informar e organizar os trabalhadores. Nazareth coloca que o valor histórico desses documentos reflete-se no ponto de vista da qualidade e da quantidade das informações. Quantidade refletida na citação acima, quando da ocasião de trabalho do livro da pesquisadora. Estudos posteriores já indicam a ocorrência de mais de 500 publicações. A qualidade é medida pela riqueza de dados que podem ser pesquisados naquelas páginas. Diferente da prática sindical atual, os textos anarcossindicalistas prezavam pela publicação no conteúdo de todos os assuntos que permeassem a vida do operário e do movimento. Ou seja, problemas internos, disputas, dificuldades eram motivos permanentes de debate e eram publicados para que todos pudessem tomar conhecimento.

Nesse marco, o operário gráfico foi outra figura de papel acentuado, porque era um dos tipos de operários imigrantes mais qualificados e que podia fornecer suporte técnico à imprensa. Na verdade, o gráfico assumiu papel de liderança no movimento operário em vários países, assim como no Brasil. Uma das mais prováveis razões para que isso acontecesse deve-se ao fato de que se tratava de um profissional que precisava ser necessariamente alfabetizado para exercer a profissão. Nesse sentido, era mais

qualificado que os demais operários e por este motivo recebiam melhores salários do que os demais grupos, podendo colaborar também financeiramente com os jornais.

O gráfico era um trabalhador que tinha outra importante vantagem em relação a outros operários. Seu trabalho consistia em manter contato diário com textos, boletins e jornais de todas as naturezas, o que definitivamente não ocorria com o resto da classe trabalhadora que em pleno crescimento do capitalismo industrial, sequer tinha tempo de descansar ou alimentar-se. A leitura constante do gráfico permitia uma condição superior na sua formação política o que fazia dessa figura a mais indicada para assumir o papel de conscientizar seus companheiros, partilhando seu conhecimento. Ademais, os operários gráficos passavam a conhecer bem a rotina das outras categorias através do trabalho na imprensa operária e eram líderes em muitas organizações sindicais.

De maneira geral, o operário imigrante era o organizador dos jornais escritos tanto no idioma estrangeiro (estima-se que cerca 40% dos periódicos não eram escritos em português), quanto no idioma português. Era comum localizar dentro dos jornais além dos escritos em português, colunas em outras línguas e até mesmo anúncios de cursos de língua portuguesa, levando a crer que o principal público era o estrangeiro.

Os principais redatores e editores desses jornais são comuns a muitas publicações. Gigi Damiani, Galileo Botti, Augusto Donati, Vicente Vacirca, Alceste de Ambrys, Giulio Sorelli, Oresti Ristori, Ângelo Bandoni além de fundadores e escritores de muitos periódicos, também eram líderes operários, alguns deportados para o Brasil.

Após o surgimento dos primeiros jornais de cunho político e mesmo com a crescente chegada de mais trabalhadores estrangeiros, a publicação de jornais de caráter operário aumenta, fazendo aparecer também redatores brasileiros, cujo número cresce gradativamente como Martins Fontes, Silvério Fontes, Carlos Escobar, Benjamim Motta, Everardo Dias, Edgar Leuenroth, Florentino de Carvalho, João da Costa Pimenta. Os intelectuais como primeiros produtores da imprensa política deixam lugar para imigrantes e os brasileiros operários, que passam a atuar cada vez mais na imprensa operária, principalmente a partir da Primeira Guerra.

3.2. Principais características formais

A imprensa como fenômeno de massa pode ser compreendida a partir do aparecimento das pessoas que produzem e consomem essa imprensa. Se a imprensa

operária surge com o desenvolvimento da classe, a imprensa capitalista igualmente surge com a classe capitalista. Nelson Werneck Sodré afirmava que

A história da imprensa é a própria história do desenvolvimento da sociedade capitalista. O controle dos meios de difusão de idéias e de informações – que se verifica ao longo do desenvolvimento da imprensa, como reflexo do desenvolvimento capitalista em que aquele está inserido – é uma luta em que aparecem organizações e pessoas da mais diversa situação social, cultural e política, correspondendo a diferenças de interesses e aspirações. (SODRÉ, 1991, p.34)

Não há dúvidas de como o capitalismo conseguiu impor seus modelos de consumo, de produção de cultura e de prática política através do uso da imprensa. Muitos dos teóricos de comunicação, como o próprio professor Sodré se debruçam sobre essa questão. A globalização da economia permitiu que a produção e reprodução de informação acontecessem atualmente em tempo real, conceito quase impensável no período que esta monografia estuda. O autor Lincoln Penna concorda:

A multiplicação dessa forma de se comunicar possibilitou o aparecimento do que se convencionou designar como imprensa artesanal; relativamente precária, tecnicamente falando, mas cada vez mais densa no que se refere às matérias que passaram a circular com alguma regularidade, em meio a outras inovações que começavam a modificar certos hábitos e costumes, principalmente nos centros onde se operavam os processos derivados da Revolução Industrial. E com esse processo a acelerar os processos de produção e a intervir na vida das sociedades industriais, imprensa e política tornam-se cada vez mais irmanadas. (PENNA, 2007, p. 9)

Como já visto, a linguagem poderia variar, de acordo com o idioma compreendido pelo público de cada edição. Dessa forma, muitos jornais eram publicados em diferentes línguas e essa é apenas uma das inovações de linguagem pensadas pela imprensa operária. Principalmente a imagem era utilizada para chamar a atenção dos operários, em especial aqueles ainda não alfabetizados.

Apesar de o movimento operário ter conseguido publicar centenas de jornais em todo o país, abrangendo praticamente todas as categorias, fazendo uso até mesmo de periódicos bilíngües, não foi possível atingir uma regularidade razoável na circulação. Comumente, jornais que eram semanais, poderiam circular todos os dias ou simplesmente desaparecer.

O conteúdo a ser publicado era o que determinava o número de páginas dos jornais, além da capacidade financeira dos editores. A falta de publicidade paga e falta de recursos dos próprios leitores restringia a verba que sustentava um jornal basicamente ao financiamento de entidades. Assim, um boletim de duas páginas podia transformar-se em jornal de trinta e duas páginas, rapidamente, caso houvesse greve, por exemplo, seria possível ver jornais circularem diariamente, quando antes eram semanais, quinzenais ou mensais.

Em relação à diagramação, a principal característica é o aproveitamento total do papel. As dificuldades financeiras de sustentar uma publicação e as dificuldades de fazer circular os jornais com a perseguição do Estado eram obstáculos que obrigavam os editores a fazerem bom emprego das condições materiais que dispunham no momento presente. Assim, se evitava deixar de falar sobre assuntos importantes que aparentemente poderiam ser deixados para uma próxima edição, mas que uma possível invasão e o desmonte da redação pela polícia poriam tudo a perder.

Em geral, o formato do jornal dependia do que se tinha de papel e maquinário, sendo a maior ocorrência em forma tablóide. Sobretudo não podiam ser muito volumosos, pois costumavam ser dobrados, circulando de mão em mão, disfarçadamente, e de bolso em bolso, para escapar do confisco de policiais e até fiscais das fábricas.

3.3. Principais características de identidade e conteúdo

A existência da imprensa operária por si só já é um sinal da formação da própria classe operária, sem ser, no entanto conseqüência automática desse processo. Afinal, as

pessoas não observam ao redor num determinado dia, concluem sua condição de exploração, identificam os inimigos em comum e começam a se organizar imediatamente. Os trabalhadores levaram tempo para identificarem seu papel no novo sistema industrial. A consciência de classe para si é decorrência do novo, lento e gradual mecanismo de organização e de luta. A percepção da própria capacidade de resistir veio aos poucos, portanto.

Até a fundação do Partido Comunista em 1922, a imprensa operária anarquista e sindicalista era o único meio de comunicação disponível aos trabalhadores para defenderem seus direitos básicos e divulgarem suas críticas à política interna e externa. A imprensa operária significou na época mais ou menos o que hoje entendemos de imprensa alternativa em relação ao conteúdo.

O programa de revolução adotado pelos anarquistas implicava na tática de formação dos operários. Como já foi dito, um dos métodos para atingir a todos era a publicação dos periódicos em diferentes línguas. Português, espanhol, italiano eram os idiomas mais comuns pela quantidade de estrangeiros que compreendiam essas línguas, mas também havia periódicos em alemão, francês, etc. A última década do século XIX é quando se fundam maior número de jornais em língua estrangeira, provavelmente devido ao fato de ter sido a época quando mais chegaram imigrantes, incluindo os deportados.

Ainda como parte das técnicas para superar as diferenças de origem e culturas, o movimento passou a se organizar para promover a alfabetização dos operários, afinal grande maioria não sabia ler ou escrever. Grupos de alfabetização refletiam preocupação em relação à comunicação, principalmente no que se refere à linguagem e ao português como idioma. Além de ensinar a ler, os militantes procuram simplificar a língua nos jornais, panfletos e cartazes. Tornar a gramática mais simples facilitava a compreensão dos leitores, sendo esta metodologia parte de um projeto internacional dos anarquistas.

Além dos grupos de alfabetização, os anarquistas criaram os Centros de Estudos Populares, onde os trabalhadores podiam reunir-se, estudar e discutir entre si. Nesses centros, foram instituídas bibliotecas com inúmeros exemplares, em diversos idiomas, sobre os mais diferentes assuntos. Na idéia de que o sindicato deveria ser a escola do operário, esses espaços cumpriam o papel educador que os anarquistas acreditavam ser dos sindicatos, tornando concreta sua teoria com esses projetos.

A “Série Estudos dos Cadernos de Comunicação”, no seu número quatorze, tratando da imprensa sindical no Brasil, aponta duas importantes inovações implementadas pela comunicação anarcossindicalista. A primeira delas faz referência ao combate contra a Academia Brasileira de Letras, liderado pelo anarquista português Neno Vasco. Através do jornal “A Terra Livre”, escrevia uma tese sobre a necessidade de renovação da literatura portuguesa no Brasil em 1905. O debate animou os acadêmicos e a Academia dois anos depois oficializou algumas propostas de simplificação ortográfica, que já eram utilizadas por aquele jornal.

Outra inovação tratada pela revista discorre a respeito da linguagem visual inovadora criada pelos anarquistas. Para procederem com sucesso em sua comunicação com os operários, os dirigentes sindicais pesquisaram novas formas de linguagem, fazendo abundante uso de símbolos inventados pelos próprios dirigentes. Por exemplo, havia logotipos que diferenciavam cada categoria e até mesmo sindicato.

A temática era comum a muitas publicações. Como exemplo de crítica à política externa cita-se a Primeira Grande Guerra. Desde sua eclosão, inúmeros jornais do movimento escreveram artigos denunciando as motivações imperialistas da guerra que matou milhões de pessoas. O professor Sodré pesquisou a assinatura de um manifesto contra a guerra.

Em 1915, as manifestações ganham vulto: a 30 de abril, dirigido aos “trabalhadores e ao povo em geral”, aparece o manifesto assinado pelos representantes da Confederação Operária Brasileira, Federação Operária do Rio de Janeiro, Sindicato Operário de Ofícios Vários, Sindicato dos Operários das Pedreiras, Sindicato dos Panificadores, Sindicato dos Sapateiros, Centro dos Operários Marmoristas, Liga Federal dos Empregados em Padaria, Liga Internacional dos Pintores, União dos Alfaiates, Sociedade União dos Estivadores, Centro Cosmopolita, Liga Anti Clerical e Centro de Estudos Sociais. Começa por historiar os fatos que antecederam o conflito, mas adverte que “outras são as origens e as causas reais desta guerra”, concluindo: “Patriotismo, honras nacionais, raças, defesa de culturas ou de civilizações, - tudo balelas com que se procura mascarar, aos olhos do povo, o grande crime premeditado e cometido pelos governos, ao serviço dos

senhores da alta finança e do alto comércio”.
(SODRÉ, 1991. p. 315)

No trecho acima se observa uma questão importante para o jornal operário em geral: é a contextualização dos fatos. A maneira como se lida com a notícia é diferente da maneira como se lida com a notícia na imprensa tradicional. A notícia não é uma imagem e uma frase de manchete, mas um conjunto de informações, contextualizações, recuperação de dados. Por exemplo, não se diz apenas que houve um congresso em algum lugar em determinado dia. Explica-se quem convocou o congresso, qual resultado, quais teses foram defendidas e muitas vezes publicam-se na íntegra os textos finais produzidos pelo congresso.

Nesse contexto, a questão da forma vem à tona, pois para produzir tanta informação com pouco dinheiro, é necessário ocupar todo o espaço de uma página. Dentro dessa lógica, também é comum observarmos convocações para eventos como assembléias e congresso na primeira página. Maria Nazareth também aponta a ausência de publicidade como uma das diferenças entre a imprensa capitalista e a burguesa.

Nos raros casos em que se encontram produtos anunciados, a publicidade aparece acompanhada de recomendações do próprio jornal com relação à utilidade do produto, o que lhe confere um caráter de escolha política. Do mesmo modo, em certos momentos, aparecem recomendações do boicote, de não consumo de determinada mercadoria (geralmente quando a empresa responsável por tal produto encontrava-se em litígio com seus operários). (FERREIRA, 1988, p. 21)

E a mesma autora que destaca a ausência de repórter tal como conhecemos. Com o passar dos anos, a fundação e legalização de partidos, é possível hoje ver a profissionalização de militantes que terminam por trabalhar como jornalistas e repórteres. Não era o caso no início do século XX. Naquele momento, qualquer panfleto clandestino poderia gerar conseqüências graves para os ativistas e a produção era clandestina e assim, a figura do jornalista na imprensa operária não existia. A notícia chegava até a redação do jornal, não o contrário, quando há um repórter na rua buscando fatos.

Maria Nazareth faz referência a uma forma de comunicação participativa, integrando emissor e receptor na produção e na divulgação da notícia, fazendo que toda a classe trabalhadora seja em jornalistas para o jornal. Segundo a pesquisadora, as salas de redação ficavam repletas de material sobre o movimento operário e assuntos afins, através de cartas pessoais, panfletos e denúncias.

Nesse sentido, o jornal é identificado como importante instrumento de politização. O pensador Lênin fala dessa importância do jornal, como único órgão de possível centralização das demandas de diferentes grupos existentes em mesmo lugar. Mesmo compreendendo a formação política como uma tarefa a ser implementada por um partido centralizado, Lênin compreende que é o jornal o principal órgão para execução da empreitada da formação política.

Em “O que fazer”, produção escrita momentos antes da revolução, Lênin responde um artigo de Nadejdine, que escreve no sentido de sustentar a hipótese de querer um jornal amplo para toda a Rússia, como sonhava Lênin, era inútil. Nadejdine entendia que a Rússia comportava extensas dimensões com intensamente distintos grupos sociais e que um jornal jamais daria conta de “concretizar um trabalho político real na base”. Lênin responde que acha justamente o contrário. Lembra que dentro desses distintos grupos sociais há grandes diferenças sociais e históricas, sendo que muitos desses grupos talvez jamais tenham podido discutir política e sequer saibam da recém derrubada do regime czarista.

(...) As massas nunca aprenderão a conduzir a luta política se não ajudarmos a formar dirigentes para essa luta, tanto entre os operários instruídos como entre os intelectuais; e esses dirigentes só podem ser educados mediante a apreciação cotidiana e metódica de todos os aspectos de nossa vida política, de todas as tentativas de protesto e de luta de diversas classes e por diferentes motivos. (...) Mas se o *Iskra* tem, justamente, adaptado o “plano” de seu jornal ao “plano” de criar uma “disposição combativa” que permita apoiar tanto um movimento de trabalhadores desempregados como uma revolta camponesa, o descontentamento dos “zemstsva”, “a indignação da população contra os arrogantes “bachibuzuque” czaristas etc.”. (LENIN. 2006, p. 291)

O jornal para Lênin é o instrumento que poderia homogeneizar o caldo de diferenças regionais entre os russos. A comunicação deveria ser utilizada para que as pessoas pudessem falar de suas dificuldades a outras que viviam problemas completamente diferentes, possibilitando a troca de vivências, ajudando a formar o conhecimento e a estrutura intelectual do russo revolucionário.

O jornal, além disso, era o meio de propaganda socialista dirigido ao operariado, militares, classe média e camponeses, difundido as profundas desigualdades econômicas existentes na Rússia. Servia também para aglutinar os trabalhadores em torno da causa revolucionária, pois era aberto e construído com a participação de todos.

4. ESTUDO DE ALGUNS POCOS ENTRE CENTENAS DE CASOS

Este capítulo destina-se a apresentar alguns jornais da imprensa operária que foram consultados para esta monografia. Ressalta-se o fato de que este rápido estudo de casos por si só é bastante limitado por duas razões principais. Primeiro, porque se trata de um recorte dentro de um longo período de tempo entre aproximadamente 1845 até 1930. Quase um século de movimento operário brasileiro merece a dedicação em pesquisas mais aprofundadas e esmiuçadas do que esta, como algumas das já existentes, que aparecem nas referências e outras novas mais. Segundo, por se tratar de uma quantidade grande de produção de inúmeros jornais, com diferentes tiragens e modelos de circulação.

Dentre o volumoso número de exemplares encontrados na pesquisa dos acervos e de citações ao longo da leitura da bibliografia, alguns foram selecionados a partir de dois momentos distintos. O primeiro momento é referente ao século XIX, quando grupos de intelectuais introduziram a imprensa política para trabalhadores, disseminando o hábito – quase inexistente – de ler na classe trabalhadora. Esse grupo ainda não era marcado pela presença imigrante como ocorreu posteriormente e era formado por jovens que conseguiam estudar, principalmente no exterior, onde se deparavam com as idéias progressistas de redistribuição de riquezas, direitos civis de igualdade e até reforma agrária.

O segundo momento é do que podemos chamar de auge da imprensa operária, com ampla organização de dirigentes anarquistas. Muitos dos jornais analisados pelos autores de referência são desse período, que engloba principalmente o início do século XX até a fundação do Partido Comunista e o golpe do Estado Novo.

4.1. A introdução da imprensa política no meio operário

As primeiras tentativas de industrialização no Brasil ocorreram no sentido contrário ao de conquistar a independência do país em relação à indústria estrangeira. A orientação do governo imperial era de que as indústrias se restringissem a produzir alguns tecidos de algodão mais baratos e algumas ferramentas simples para o dia-a-dia da agricultura e da cidade como facões e enxadas.

Além disso, as poucas cidades existentes não dispunham de meios de assistência social à população e apenas a chegada da Família Real ao Brasil acelerou a implantação de escolas e universidades, mesmo assim de forma restrita nas principais capitais. No século XIX, a maioria dos trabalhadores do Brasil era os escravos, libertos somente em 1888 e com exceção de alguns escravos de procedência islâmica e os escravos domésticos, poucos negros no Brasil eram alfabetizados. Com a deficiente educação escolar, os jovens oriundos de famílias de maior poder aquisitivo que podiam estudar, iam fazê-lo na Europa. Ainda assim, mesmo para os poucos letrados a produção de literatura interna era bastante reduzida e os jornais existentes dirigiam-se aos interesses de seu público entre a corte e os grandes produtores.

Diante desse cenário, aqueles mesmos estudantes quando retornavam ao Brasil traziam consigo as novas idéias progressistas da Europa. Em meados do século XIX, o antigo continente fervilhava entre revoluções e discussões das novas teorias que

propunham a derrubada do poder de antigas monarquias e formação de novas estruturas. Para expressar e difundir essas novas idéias, os grupos de intelectuais produziram os primeiros periódicos de cunho político direcionados às classes trabalhadores. Nesses grupos encontravam-se os republicanos e os abolicionistas e os episódios da Proclamação da República e da Abolição da escravatura terem ocorrido anos após o surgimento desses grupos intelectuais podem refletir a influência de sua atuação no processo histórico do Brasil.

A segunda metade do século foi marcada pelas primeiras greves que puderam ser historiadas, sobretudo através da imprensa operária. Sua importância no registro das lutas dos trabalhadores aparece aqui de forma muito clara. O pesquisador Gianotti lembra que existem relatos remotos de pelo menos três greves anteriores ao surgimento dos periódicos políticos. Uma greve dos trabalhadores das oficinas da Casa das Armas da Marinha Imperial no Rio de Janeiro, em 1791. Uma segunda greve de pescadores em 1815 no Recife e ainda outra em 1854, organizada pelos ferroviários que trabalhavam na primeira estrada de ferro brasileira, criada por Barão de Mauá. Não há detalhes sobre nenhum desses episódios na imprensa ou na história oficial, demonstrando que o aparecimento de uma imprensa ligada às lutas do proletariado foi fundamental para que houvesse condições de armazenamento e reprodução dos fatos vividos, possibilitando a troca de experiências entre os operários.

Graças a isso, pode-se afirmar hoje que a greve dos jangadeiros cearenses em 1881, que se recusavam a transportar escravos foi a principal responsável pela abolição da escravidão no Ceará sete anos antes do que no resto do Brasil. Liderada pelo “Dragão do Mar”, Francisco José do Nascimento, e considerada uma greve puramente política, ou seja, sem reivindicações econômicas diretas como aumento de salário, só pode ser contada hoje devido à publicação de sua história por trabalhadores.

O porto de Santos, o principal porto de exportação de café, foi palco das primeiras greves no país. Em 1897, uma greve de 15 dias parou a cidade inteira e só acabou com a intervenção da polícia e do exército. Nesta época, o café representava 75% das exportações totais do país. Essas lutas eram divulgadas através de muitos jornais operários, proibidos pela burguesia liberal. Mesmo assim, circulavam de mão em mão, divulgando as reivindicações da classe trabalhadora e as idéias políticas das

lideranças. Esses jornais defendiam idéias socialistas e anarquistas, comuns entre os operários europeus de época. (GIANOTTI, 2007. p. 58)

Sobre o que se pode chamar de primeiro jornal político de natureza socialista deste período, Vito Gianotti cita “O Socialista” produzido em Niterói em 1845. No entanto, não foi localizado nenhum exemplar para pesquisa. O mais antigo periódico encontrado nos arquivos públicos foi “O Proletário”, de Recife do ano de 1847, cujo editor era J. F. de Souza.

Outro jornal importante foi o “O Socialista – Jornal político, chistoso e commercial”, sendo uns dos primeiros a ser produzido no Rio de Janeiro em 1878, com caráter mais geral no movimento. Os dois primeiros jornais cariocas, na verdade, são mais corporativistas, publicados por categoriais específicas. O primeiro em 1858, pela Associação dos Tipógrafos do Rio de Janeiro, o “Jornal dos Tipógrafos” e o segundo em 1875 “A Gazeta Operária”, pelo Arsenal da Marinha.

“O Socialista” apontava claramente desde sua primeira edição, sua posição anticlerical, publicando um manifesto contra a igreja nos tempos quando se descobria a vastidão dos massacres cometidos pela Inquisição⁹.

Voltaire morreu há cem anos, mas morreu abalando a igreja de Roma. Quando se morre assim, vive-se na memória da humanidade o que é a plena vida eterna. A igreja não quis a verdade que o philosopho pregou. Tanto melhor para elle. Tanto peor para ella. A igreja deu-lhe a maldição e o povo abençoou-os. (...) A ambição cegou-a. Teve a inquisição; teve o jesuitismo; teve a excomunhão. (...) É anti-socialista. Não aceitamos a igreja. (O SOCIALISTA, 1878, nº 1, p. 2)

O jornal também publicava denúncias referentes ao descaso das autoridades públicas com o bem-estar da população, como por exemplo, as péssimas condições do Asilo de Mendigos, convidando o público a verificar o que havia de imundo naquele estabelecimento de caridade na Rua Santa Luzia. Também havia denúncias de

⁹ Mesmo já existindo desde a Idade Média, a Inquisição Católica ganhou peso a partir da unificação de Aragão e Castela na formação da Espanha e do período conhecido com Contra-Reforma Católica. Atuando através do Tribunal do Santo Ofício, entidade responsável por fazer as investigações consideradas necessárias para “limpieza de la sangre”, a Inquisição ordenou ao longo dos séculos milhares de assassinatos, seqüestros e torturas.

nepotismo no serviço público, apontando chefes de repartições que só contratavam familiares, mesmo que esses não correspondessem ao conhecimento que exigia o serviço. Ainda se escrevia sobre o que era considerado desperdício do dinheiro do governo e na primeira edição faz-se menção às grandes festas da corte do Império além “viagens extravagantes do Conde D’Eu e da Princesa Izabel”.

A preocupação desse jornal com a formação política evidencia-se na publicação de poesias e de textos de “propaganda socialista”, cujos trechos estão transcritos a seguir, respectivamente:

Um perfil
E dizem que nasceu. Porém não creio
Não foi a humanidade que o gerou!
O perverso coração na face leio
Como leio o mau fado que o creou!
Em pequeno, meu Deus! Que caso feio!
A sombra e a traição elle tentou
E na lista dos reos só meio
Um lugar bem distinto lhe marcou!
Não é muito que hoje vá matando
Pela míngua do pão e do salário
Quem vive do trabalho se arrimando.
E esplendido e lindo o seu scenario
Uma estatua terá, aos pés pisando.
Os ossos, porém nobres, do operário.

Prevenções:
A doutrina socialista quer a verdadeira
applicação da propriedade por todas as
classes de um Estado, extendendo-se aos
povos.
A doutrina socialista não exclue a
relatividade da propriedade, nega o absoluto
direito a Ella.
A doutrina socialista quer que nos círculos,
districto, municípios ou comunas haja um só
grande rico – o thesouro público.
A doutrina socialista quer a realização e a
realidade dos bons princípios da Economia
Política, divisão do trabalho, utilização do
trabalho.
(Ibidem)

Críticas ao que já era conhecido como grande imprensa também se fazia presente nos assuntos discutidos pelo jornal. O “Jornal do Commercio” era o jornal que mais recebia apontamentos, principalmente em relação ao atrelamento editorial com o governo, que não correspondia às expectativas e necessidades dos habitantes.

A imprensa com raras exceções apunham-se nas antessalas ministeriais e ali mendiga migalhas que colhem da mesa dos ministros. E orgulham-se disto! (Ibidem)

Destaca-se o periódico “O Socialista” lançado em 1886 em São Paulo por ser um dos jornais traduzido em maior número de línguas, circulando nos idiomas espanhol, italiano, alemão, além do português.

A chegada de imigrantes, a abolição da escravatura, além da urbanização e industrialização aumentavam a quantidade de operários e de entidades formadas para organizar esses trabalhadores. Até o fim do século XIX, o número de jornais foi crescendo gradativamente, mesmo com a repressão policial imposta pelo Estado e as dificuldades dadas pelas más condições de trabalho.

4.2. O período de hegemonia anarquista no início do século XX

A presença do anarquismo foi um marco na imprensa operária e o auge da disseminação de sua ideologia deu-se provavelmente no início do século XX, quando as indústrias multiplicaram-se, as cidades cresceram em sua densidade demográfica e a classe operária tornou-se numerosa como nunca antes no país. As desigualdades sociais acentuaram-se, mesmo com a queda da monarquia e com a abolição dos escravos, e o proletariado passou a se reunir em associações e sindicatos, procurando mobilizar os trabalhadores através de greves e de sua imprensa.

A experiência de resistência dos negros quando escravizados e de alguns líderes operários imigrantes vindos para o Brasil transformou o movimento operário brasileiro, fazendo-o fortemente combativo. Sem dúvida, é o período de maior produção de jornais operários, comparando com o século anterior.

Um dos jornais de maior destaque foi “A Voz do Trabalhador”, fundado pela Confederação Operária Brasileira em 1908, sendo o primeiro jornal centralizador de diversas categorias do país e dirigido pelo gráfico Manuel Moscoso. Seu aparecimento por si só já foi resultado da discussão e agitação política dos trabalhadores. Em 1906 aconteceu no Rio de Janeiro o primeiro Congresso Operário do Brasil. Além de outras decisões importantes, como disseminar a luta pela jornada das 8 horas diárias por todo o território brasileiro e organizar o próximo 1º de maio (em 1907) para que eclodissem

grandes greves, também se decidiu que era necessário publicar um grande jornal operário de circulação nacional e que servisse de veículo para as principais demandas e informes para o operário lutador.

Quase todos os jornais editados pelas ligas e uniões, cujos títulos eram sempre “O Operário”, “O Trabalhador”, “O Sindicalista” ou outros semelhantes, circulavam em todas as áreas onde os trabalhadores estavam organizados em associações de classe. Mais tarde, quando as ligas e uniões se transformaram em sindicatos e federações, esses editavam oficialmente os seus órgãos de divulgação. Entretanto, isso só aconteceu depois de 1906, quando da criação da Confederação Operária Brasileira, cuja orientação ampliou a organização operária através da fundação das federações estaduais e regionais. Quando, em 1908, apareceu “A Voz do Trabalhador”, órgão oficial da COB, dirigido pelo gráfico Manuel Moscoso, os outros periódicos sofreram um certo retraimento. Isso pode ser uma resultante do grande poder centralizador da confederação e do alcance que teve o seu órgão de propaganda, que, em 1912, chegou à tiragem de quatro mil exemplares. (FERREIRA, 1988, p. 18)

Em seu primeiro número, afirma que será publicado “quinzenalmente por enquanto dependendo a sua publicação semanal do apoio que lhe prestar o operariado do Rio.”, tornando evidentes as dificuldades financeiras enfrentadas pela quase totalidade dos jornais operários difundidos na época. A cobrança das contribuições por cotas de exemplares era feita através do próprio jornal, citando-se as organizações que estavam em atraso com seus pagamentos.

O primeiro editorial, igualmente, deixa transparecer os seus objetivos em relação à formação política de seu público, de acordo com os termos revolucionários da própria COB, no primeiro Congresso.

Iniciamos com o presente número a publicação periódica de a “Voz do Trabalhador”, órgão de uma coletividade formada com a intenção de agregar e reunir as associações que tenham uma orientação nitidamente revolucionária, e com um

programa claro e preciso, elaborado no Congresso Operário, exposto e difundido sempre que se apresentou oportunidade e não faltaram meios. (A VOZ DO TRABALHADOR, 1908, n. 1, p. 1)

Seu caráter socialista é explícito através de sua orientação para a tomada do poder das mãos das monarquias e burguesias. Seu principal objetivo é organizar a classe trabalhadora para a revolução, o que é reafirmado em várias edições. Por sua direção voltada para a tendência anarquista, procurava direcionar sua prática para o sindicalismo revolucionário, como pensavam os anarcossindicalistas: a revolução não viria através de novas estruturas como o partido pensado por Marx e Lênin, mas através da revolução espontânea das massas.

Apesar dessas características, o jornal não deixou de lado as reivindicações de fundo econômico. Ainda em seu primeiro número, “A Voz” já havia lançado campanhas por melhorias econômicas, como a redução de jornada de trabalho para oito horas e aumento dos salários, fazendo destaque de que essas empreitadas deviam ser encampadas pelo conjunto das categorias.

Outro importante ponto de pauta trabalhado não só pela “Voz”, mas por outros jornais operários como a “A Liberdade” e “A Guerra Social” é a discussão sobre política externa. A campanha “Guerra à Guerra” era assunto para seguidas edições. O jornal não só criticava as guerras em solo estrangeiro, como também propunha manifestações de protestos contra as ações armadas internas. Nesse sentido, pedia-se greve ao exército e aos soldados e combatia-se o militarismo, como forma de resistência.

Os acidentes no trabalho também eram temas recorrentes de denúncias nas páginas de “A Voz do trabalhador”. Os editores acusavam os patrões de serem responsáveis pela morte ou invalidez de centenas de trabalhadores que se feriam diariamente nos galpões. Nesse sentido, cobravam da grande imprensa que noticiasse os acidentes dos trabalhadores, visto que o numérico de mortes era imenso. Os desastres decorriam de exaustivas horas de trabalho, da falta de água limpa para beber, de longos períodos sem alimentação e das condições insalubres impostas. O jornal denunciou o fato habitual do almoço trazido na marmita que azedava devido à demora na liberação para o operário alimentar-se.

Se passarmos diariamente em revista os jornais desta capital, por mais rápido que ela seja, encontraremos sempre nas suas notas de reportagem vários acidentes no trabalho, onde nossos companheiros são vitimados, uns atirados ao catre de um hospital, outros a míngua de recursos ao necessário tratamento. (...) Assim é que, observando nós estes factos e a maneira lacônica como os senhores jornalistas os encaram, apontando quase sempre como responsáveis as próprias vítimas, nos propomos neste e nos números que a este se seguirem mostrar-lhes, já que tendo em vista não querem ver, quais são os verdadeiros responsáveis de tanta miséria no lar operário. (...) Vão aos centros industriais, e verão como nas fábricas trabalham crianças de 6 a 12 anos em trabalhos superiores à suas forças, e que muitas vezes inexperientes devido a sua idade deixam-na facilmente apanhar pelas máquinas; noutras, com medo do azorrague dos contramestres se não mostrarem serviço, vêem-se estes pequenos operários na contingência de fazerem limpeza das máquinas com elas em movimento, do que resulta fiarem despedaçados nas engrenagens. (Idem, p.2)

O outro, mas recente ainda, um rapaz que cahiu dentro de tanque de água fervendo, conta já com o silêncio amplo da grande imprensa. (Ibdem)

Já no início do século XX, “A Voz” escrevia acusando os problemas de seca na região nordeste. Suas críticas giravam em torno de dois pólos. Para o jornal, a administração pública nada fazia para evitar a perda das lavouras e, por esta razão, era o descaso do Estado o principal responsável pela intensa fome que afligia os camponeses da região. Como consequência desse raciocínio, combatia-se a política da imigração, pois se questionava a justificativa do governo de incentivar a entrada de estrangeiros devido a uma suposta falta de mão-de-obra interna. O jornal argumentava que se todos os famintos do Nordeste, abatidos pela miséria e pela seca migrassem para o Sudeste, haveria quanta mão-de-obra fosse necessária.

O periódico denunciava as condições de trabalho das várias categorias sendo, em geral, denúncias feitas pelas organizações filiadas a COB. Por isso publicava convocações de reuniões e assembléias dos operários sapateiros, pintores, tecelões, marmoristas, padeiro, ladrilheiros, carpinteiros, pedreiro, ofícios vários, chapeleiros,

operários de gás. Muitas dessas categorias não conseguiam contribuir financeiramente, mas o jornal procurava dar espaço a todos, como consequência da política principal de colaborar para a resistência dos trabalhadores

Outra prioridade era o recém surgimento nas cidades brasileiras das máquinas linotipos nos jornais. A categoria dos gráficos temia larga demissão dos operários de jornais e apontava o novo maquinário como o culpado. Durante meses, os editores de “A voz” procuraram conscientizar que a nova tecnologia não era a responsável pelas condições adversas vividas pelos trabalhadores, mas sim os lucros buscados desmedidamente pelos empresários e donos dos jornais. O jornal imprimia as matérias dos gráficos contra as máquinas linotipo, mas ao mesmo tempo publicava textos de esclarecimento sobre a responsabilidade dos patrões. Com o tempo, a repulsa aos maquinários de linotipos diminuiu e a luta contra os proprietários e chefes dos jornais foi recomposta. Isso demonstra a estrita ligação da produção de conteúdo com o movimento operário neste periódico.

Outro exemplo dessa proximidade entre os operários leitores e produtores do jornal está nas edições encontradas na Biblioteca Nacional, onde se percebe preocupação da “Voz” com a demanda dos padeiros. Até os idos de 1910, esses trabalhadores eram obrigados a chegar às padarias a partir das dezessete horas e sair às treze do dia seguinte. As quatro horas restantes eram destinadas ao descanso, certamente insuficiente. O jornal denunciou os donos de padarias até a situação ser revertida, o que pode demonstrar influência dos jornais operários, mesmo que de forma reduzida, nos rumos das decisões da classe patronal.

Além de tais questões específicas, “A Voz do Trabalhador” precisava preocupar-se com as questões gerais. Anunciava convocação de comícios da campanha pela jornada reduzida a 8 horas, além de plenárias de diferentes grupos proletários. Também eram publicados convites de festas organizadas pelas associações, indicando cuidado não só com a doutrina em si, mas ao mesmo tempo procurava-se espaço para o lazer e a confraternização. Geralmente essas festas aconteciam nos feriados e duravam todo o dia com almoço e dança. A forma de diagramação do anúncio das festas era diferente da do resto do periódico, destacada do jornal com linhas retas, curvas desenhadas. Além disso, os espaços em branco, raros na diagramação padrão na qual havia grande preocupação no aproveitamento total do papel a ser impresso, eram bastante utilizados nas chamadas para as confraternizações. As despesas das festas eram compartilhadas entre os

presentes e o valor do ingresso também era divulgado no jornal, acompanhado da justificativa do sustento do evento.

Tais características ressaltam a importância da dimensão cultural na formação da classe dada pelos socialistas. Como já foi dito anteriormente, os anarcossindicalistas prestavam especial disposição nesses encontros, além de peças de teatro, festivais musicais e “organizações beneficentes”, quando buscavam levantar fundos para algum projeto de caráter cultural e principalmente político. Também podiam ser empregadas vendas de rifas para esse fim.

Pró-Rússia Livre

Camaradas:

Auxiliemos de modo eficaz, na medida das nossas forças, os revolucionários que na Rússia se batem desesperadamente pela emancipação própria e, em virtude da solidariedade natural que liga todos os seres humanos, todos os países, todos os acontecimentos, pela emancipação de todos!

Festa Dramática

O Grupo Dramático “Máximo Gorki” realizará, no sábado 23 do corrente, 8 ½ da noite, no Salão Alhambra (Galeria de Cristal), uma festa com o seguinte programa: estréia do drama em 3 atos e em um epílogo de Filomeno S. Collado, intitulado “Crimen Jurídico”. A Ação passa-se nos Estados de São Paulo e Mato Grosso. Representação da farsa num ato: “El teniente cura”. Completará a festa um baile familiar. (A TERRA LIVRE. 1906. p. 2 e 3)

Rifa em benefício de “O Amigo do Povo”

Recomendamos aos Companheiros a quem enviamos bilhetes que se apressem a vendê-los para fazer quanto antes a extração. Ainda temos alguns bilhetes, que serão remetidos a quem os pedir. Preço, 500réis. Eis a lista dos prêmios até hoje recebidos: Um lindo barquinho de adorno, uma coleção de bilhetes postais com as gravuras sobre a greve geral e o Almanaque de La Revista Blanca para 1902 (..). (O AMIGO DO POVO, 1904, P. 3)

Outro assunto pode parecer a princípio específico, mas sendo na verdade assunto de interesse geral entre o operariado: os informes das greves. A informação de uma greve de chapeleiros podia por exemplo motivar a ação entre os sapateiros e outros

operários da indústria têxtil. Quase sem tempo para se reunirem devido às extensas jornadas, muitas vezes as lideranças operárias só ficavam sabendo o que se passava no movimento através da leitura do jornal operário.

Já foi tratada a questão do uso de diferentes idiomas na imprensa operária e na “Voz” é possível ver anúncios de livros em diferentes línguas, além de oferecimento cursos de esperanto e português. Também divulgavam apresentações de peças teatrais com temáticas socialistas. Esses temas, assim como a organização de confraternizações refletiam a preocupação dos dirigentes operários com informação e formação do trabalhador.

Em 1913, “A Voz” foi retomada depois de alguns meses fora de circulação pela mesma Confederação Operária Brasileira. A subordinação ao programa do 1º Congresso Operário de 1906 permanecia, ou seja, o caráter do jornal era revolucionário, a favor dos trabalhadores. As novas edições continuavam a informar sobre as precárias condições do operariado. Uma das novidades era a lei de expulsão, que o governo criara para identificar líderes anarquistas e apartá-los do movimento que dirigiam e deportá-los do Brasil.

A formação política que já era destaque dos primeiros números do jornal desde 1908, passa a ser ainda mais prioritário e jornal começa a publicar textos de propagação política e formação anarquista. O sindicalismo é tema abordado nessas matérias, buscando difundir o ideário de Bakunin de que a revolução só chegaria através de um movimento sindical forte e eclosões de greve continuadas até a greve geral dos trabalhadores.

Os artigos de conteúdo anticlerical tornam-se mais frequentes e o aprofundamento teórico é maior do que antes. Surge ainda uma coluna denominada “Bilhetes e Recados”, onde os editores respondem a supostas mensagens enviadas a redação, como “companheiro Carlos, o dinheiro vai chegar como o senhor espera”. Provavelmente um lugar do jornal destinado a atuação política na clandestinidade.

Pode-se perceber uma tendência a partir desse período a uma postura mais organizadora por parte do jornal. Há um enfoque maior nas notícias de revoluções e movimentos pelo mundo, como México e Rússia, além de apontamentos sobre guerras internacionais que ocorrem pelo mundo. O foco dos textos é estabelecer como foram as construções desses movimentos revolucionários, demonstrando vontade de espalhar conhecimento não somente da teoria, mas da experiência prática também.

Dos assuntos internos, aparecem as denúncias de fábricas tecidos com jornadas abusivas à saúde do operário são denunciadas. O ponto de partida é as greves cada vez mais intensas dos trabalhadores fabris, fazendo o jornal chegar ao ponto de identificar pelo nome as fábricas ditas como as mais exploradoras.

Por ocasião da expansão das idéias socialistas em todo o mundo, o Estado continua respondendo à altura do que julga necessário na repressão desse pensamento. O título a “Polícia desmobiliza a patadas”, revela a violência policial na tentativa de coibir o movimento. Os comícios cheios nos principais pontos operários das cidades passam em abril de 1913 por intensa contenção da guarda, contando com inúmeros feridos e alguns mortos. Em Vila Izabel, Praça da República, Largo de São Francisco, Praça Quinze, Praça Mauá, Catumbi, Engenho de Dentro, Largo da Carioca, Sindicato dos Operários das Pedreiras, Largo de São Francisco, Niterói, Petrópolis são os lugares onde nas semanas de abril daquele ano haviam ocorrido reuniões ou assembléias de diferentes categorias. Em todas elas, segundo o periódico houve forte repressão policial, tendo falecido no mínimo um operário dirigente na Praça Quinze.

As edições de Primeiro de Maio são especiais na quase totalidade dos jornais operários do início do século XX. Charges, maior número de página, fotos, poemas são instrumentos considerados extravagâncias devido ao investimento que precisa ser feito para serem veiculadas. Nas comemorações do Dia do Trabalhador, porém, todos esses artifícios da comunicação surgem nas páginas operárias para ênfase e celebração da data. Na “Voz do Trabalhador”, o primeiro de maio de 1913 publica uma charge ocupando toda a página. (Reprodução em anexo)

Concomitantemente, seu conteúdo é o mesmo de sempre, contemplando a formação política e a propaganda anarquista. O artigo de formação política destina-se a analisar o anarquismo no sindicato, apontando para o combate ao corporativismo em favor da organização proletária de caráter revolucionário e socialista.

No primeiro de maio do ano seguinte, em 1914, o jornal publica o Hino do Primeiro de Maio, traduzido para o português. Em 1915, a data é festejada pelo jornal com a nova publicação não só do Hino do Primeiro de Maio, como também do Hino “A internacional”, traduzido também para a língua portuguesa. Neste ano, marcado como um dos dias do trabalhador mais importantes nesta fase contou com uma matéria especial sobre a origem do Primeiro de Maio, lembrando a grande greve inglesa pelas oito horas em 1833. O cuidado em preservação a memória da história do proletariado serve de caminho para a convocação de grande comício na Cinelândia que ocorreria

naquele primeiro de maio de 1915 no começo da noite, durante as trocas de turnos nas fábricas.

Outro momento importante para a segunda fase da “Voz” foi o Segundo Congresso Operário em 1913, quando foi decidido o reinício das atividades do jornal operário paralisado anteriormente. Em edição ampliada, a publicação de atas inteiras das discussões ocorridas durante o Congresso, além de situações muito específicas e detalhadas como declarações de voto e moções propostas parecem refletir o zelo em tentar ser o mais transparente possível aos leitores.

Uma das raras publicidades localizadas foi a do Doutor Ubaldo Veiga, dito como especialista em sífilis e vias urinárias, oferecendo consultas grátis e procedimentos com custo reduzido aos sócios da COB e dos sindicatos a ela filiados, na Rua da Assembléia número 73. O operário não vinculado à COB ou a algum dos sindicatos recebe a promessa de consultas a preços módicos. Podemos supor que o médico anunciante pouco ou nada pagou pelo anúncio, provavelmente na esperança de receber novos pacientes, atraídos pelas facilidades ofertadas aos trabalhadores leitores.

Essa fase marcou a história de todo o movimento operário pela intensa agitação política que aconteceu ao longo das décadas. Além da quantidade de jornais, sindicatos e demais organizações, os trabalhadores foram às ruas em piquetes, fecharam as fábricas pelo instrumento da greve e conquistaram importantes vitórias, derrotas e acúmulo de luta. Como já foi dito, possivelmente não conheceríamos metade dessa experiência se não houvesse existido o jornal operário para registrar esses anos de transformações políticas, sociais e econômicas.

4.3. Sucinta discussão do conceito de ideologia na imprensa operária.

Vamos lembrar do exemplo que Marilena Chauí pensou em seu “O que é ideologia?”: ao olhar para uma montanha, dissemos que ela é real, porque é uma coisa. Mas se vivemos em uma sociedade que constrói sobre essa montanha um altar para seus deuses, passamos a pensar na mesma montanha como uma espécie de casa dos deuses. Se o capitalista comprá-la para dela explorar o minério de ferro existente, para o capitalista a montanha passará a ser entendida como capital. Se formos o trabalhador que lá irá trabalhar para extrair a matéria-prima, veremos a montanha como nosso local de trabalho. O que é considerado real em geral é apenas a percepção do real, é a ideologia e, portanto, varia de acordo com os diferentes sujeitos históricos, em

diferentes conjunturas. Essa é uma maneira bem simples de conceituar o que seja ideologia e de posse desse conhecimento de maneira muito mais aprofundada, as classes dominantes fazem uso da redução das múltiplas possibilidades de perceber um fato ou alguma coisa para sustentar a ordem das coisas favoráveis a sua manutenção no poder. As classes hegemônicas procuram reduzir as várias possibilidades de sentido do real a um único sentido, o seu próprio.

(...) O real não é um dado sensível nem um dado intelectual, mas é um processo, um movimento temporal de constituição dos seres e de suas significações, e esse processo depende fundamentalmente do modo como os homens se relacionam entre si e com a natureza. Essas relações entre os homens e deles com a natureza constituem as relações sociais como algo produzido pelos próprios homens, ainda que estes não tenham consciência de serem seus únicos autores. É, portanto, das relações sociais que precisamos partir para compreender o quê, como e por que homens agem e pensam de maneiras determinadas, sendo capazes de atribuir sentido a tais relações,

O jornalismo enquanto mercadoria surge simultaneamente ao capitalismo e aparece também como forma de afirmação e de imposição de idéias da nova classe capitalista. O professor fala em compreensões de autores alemães de se referirem à imprensa burguesa como a “irmã-gêmea” do capitalismo.

A ideologia funciona a partir de dois mecanismos: a universalização e naturalização. A classe que detém o poder central apresenta seus valores como se fossem válidos para todos, em qualquer época e em qualquer lugar, como se fosse algo natural e não histórico e cultural. Ao se tornarem hegemônicas, ao serem aceitas como naturais e universais, as idéias da classe dominante, ou seja, sua ideologia acaba determinando um conformismo social, dificultando possíveis questionamentos, o que só favorece a manutenção do “status quo”.

Considera-se jornalismo propriamente dito a atividade que surge em um segundo momento da produção empresarial de notícias, e que caracteriza pelo uso do veículo impresso para fins – além de econômicos – políticos e ideológicos.

Somente no momento em que a imprensa passa a funcionar como instrumento de classe é que ela assume o seu caráter rigorosamente jornalístico. (MARCONDES FILHO, 1984, p. 16)

O que permanentemente se apresenta como imperativo na organização dos trabalhadores é distinguir o que é real do que é ideologia. E a forma, aparentemente contraditória, de encontrar o modo como formar politicamente e transmitir esse conhecimento, sem dogmatizar as idéias socialistas faz o intento parecer mais difícil.

Os socialistas do final do século XIX e do início do século XX parecem ter chegado muito perto desse objetivo. A postura anticlerical, denunciando os atos abusivos da Igreja; a denúncia contra o governo imperial e depois o republicano; dos padrões exploradores e a dedicação na formação política dos trabalhadores foram projetos das lideranças anarquistas e comunistas, que geraram alguns bons resultados, como a redução da jornada para 8 horas, aumentos de salários e alguma segurança e proteção como forma de diminuir os acidentes de trabalho. Mesmo que na prática essas determinações custassem a ser implementadas, os capitalistas foram obrigados a perceber que não lidavam mais com escravos e que o liberalismo total dos governos em relação à economia estava encolhendo não só por necessidade do próprio sistema, mas também como resultado das lutas travadas pelo operariado.

A imprensa tal como a conhecemos hoje nos tempos modernos, como uma forma impressa de fazer circular opiniões acerca de acontecimentos próprios à sociabilidade, em uma época em que os meios de comunicação eram escassos em comparação com os que hoje estão disponíveis ao exercício das comunicações interpessoais. Assim, o surgimento dos jornais, na forma de panfletos, permitiu a circulação de informações provindas, quase sempre, do desejo de alguns de tornar de domínio público seus pontos de vista. (PENNA, 2007, p. 9)

O autor Lincoln de Abreu Penna, no seu “Imprensa e Política no Brasil”, atenta para uma diferença na leitura dos periódicos. Os documentos mais diretos em sua forma política, como manifestos, programas partidários e até jornais representantes das entidades trazem mais claramente seu caráter político. De maneira geral, não é o mesmo

que ocorre com os demais periódicos, principalmente os ligados ao grande capital. No caso da imprensa operária, a posição política e ideológica tende a ser menos implícita do que os jornais de outras classes sociais, em geral as dominantes. Mesmo assim, o autor ressalta a importância do estudo da ideologia e de suas manifestações disfarçadas ou não.

5. CONCLUSÕES PROVISÓRIAS

A monografia foi baseada na busca de tentar melhor compreender as relações entre o trabalhador e o capital industrial, especificamente na ocasião de constituição

dessas duas forças no Brasil. Para tanto, tornou-se imprescindível a leitura de textos a respeito da Revolução Industrial e do cotidiano dos primeiros operários europeus, sendo determinante “O Capital” como análise profunda desses casos. O embasamento teórico marxista destes capítulos foi o guia de interpretação dos fatos encontrados e uma forma de contestar a ordem das coisas explicadas pelo ponto de vista capitalista, dadas como naturais e inevitáveis.

Integrando o corte marxista, os apontamentos de Lênin às vésperas da revolução bolchevique a respeito do uso da imprensa é um marco de importância nos estudos da comunicação como ferramenta contra-hegemônica, em seu texto “Um jornal pode ser um organizador coletivo?”. Nele, o autor aponta para a necessidade de criação de veículos que conectem a história das classes mais pobres, sendo absolutamente necessária na construção de uma identidade de classe trabalhadora em si e mais tarde na organização dessa consciência para si, tornando as pessoas capazes de agir na transformação de seus próprios rumos, se assim o quiserem.

Esse foi o intervalo onde entrou a questão do uso do jornal como verdadeiro instrumento de politização, de propaganda política e de organização. Assim, na primeira fase da industrialização tardia do Brasil, vislumbrou-se um meio eficaz de união entre as diferenças culturais, religiosas e econômicas entre milhares de brasileiros, ex-escravos e estrangeiros sujeitos à mesma força exploradora do capital.

De fato mesmo nos dias atuais, diferentes partidos, sindicatos e movimentos utilizam a imprensa escrita para difundir suas ideologias, mesmo que de forma muito diversa do que ocorreu nos primeiros anos de imprensa operária no Brasil. Até mesmo as teorias de administração contemporâneas sugerem a abertura das empresas à produção de órgãos de comunicação internos entre seus funcionários, como forma inclusive de apaziguar os conflitos entre empregados e empresários.

Ao mesmo tempo, o trabalho também foi orientado a partir de algumas obras fundamentais, como “Imprensa operária no Brasil”; “A formação da classe trabalhadora” e “História das lutas dos trabalhadores no Brasil”. A partir do estudo desses textos, acrescentamos às referências outros materiais, complementando com a análise breve de alguns dos periódicos operários arquivados nos acervos já apontados.

Muitos jornais de natureza socialista não puderam ser consultados, como já foi dito, devido ao tempo necessário na dedicação às centenas de imagens e textos disponíveis, tempo esse infelizmente incompatível com os prazos colocados pelas normas da graduação e da vida pessoal. Nesse sentido, uma janela está definitivamente

aberta para futuras pesquisas e quem for o desbravador dessa seqüência certamente encontrará novos assuntos e questões discutidas outrora e que fizeram parte do dia-a-dia de milhares de pessoas que resistiram às péssimas condições de vida.

É aconselhável a leitura das dedicadas obras dos pesquisadores indicados, por tratar-se de estudiosos que se debruçam sobre o assunto por anos e traçam os efeitos dessa “primeira imprensa operária” no Brasil no movimento de hoje, principalmente o sindical. Portanto, é muito positiva a continuidade desse trabalho cuidadoso e demorado de tentativa de maiores entendimentos da imprensa operária.

Desenvolver uma ação política na sociedade visando o rompimento da hegemonia da classe dominante exige um trabalho constante da contra-informação, impossível de ser levado a cabo sem que haja uma imprensa regular. Uma imprensa que vise esclarecer, informar, formar e organizar a luta. (SANTIAGO, 1997, p. 96)

Parece-nos que um dos pontos que mais merece dedicação em pesquisas vindouras diz respeito à participação e atuação dos negros ex-escravos e seus descendentes na conformação da classe operária, sendo o assunto que mais rendeu dificuldades em localizar literatura específica. Pela história oficial, é dada a falsa impressão que após a abolição da escravatura, os negros quase desaparecem do cenário político e econômico, restritos a alguma atuação na cultura musical e só.

Breves resumos localizados na internet apontam para importantes novas conclusões da participação dos negros nas fábricas brasileiras e mesmo na organização do movimento dos operários e dos camponeses. São imperativos maiores aprofundamentos sobre essas questões, sob pena de deixarmos a política do “branqueamento” dominar nossas visões, atribuindo o todo da fundação das primeiras entidades e ações de resistência contra os capitalistas industriais aos estrangeiros anarquistas.

Além disso, a questão da ideologia capitalista e o enfrentamento a ela através do uso da comunicação por parte dos movimentos sociais merecem mais contribuições. Quase a totalidade dos autores aponta nesse sentido e um estudo específico sobre a questão poderia favorecer o entendimento desse processo, complementando a bibliografia existente.

Sendo assim, esta monografia é apenas pequena parte – com sorte, introdutória – de um assunto ainda não completamente acolhido para a maioria dos acadêmicos. Os estudos tradicionais em Comunicação Social, salvo raras e agradáveis exceções, aparentemente preferem concentrar-se nos casos relacionados à grande imprensa, deixando de lado a análise necessária de que essa imprensa é representante de interesses na concentração da riqueza e aumento inconstante de lucratividade.

Esperamos permanecer no rumo da pesquisa da história dos trabalhadores, procurando na sua luta diária por sobrevivência ânimo para seguir trabalhando com a mesma dedicação que outros tiveram no passado. Desejamos que a reunião de dados apresentada possa favorecer a compreensão do antagonismo das classes e seja colocada na ordem do dia dos estudiosos mais esforçados.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A GUERRA SOCIAL. Editores: João Arzua, Gigi Damiani e Everardo Dias, Rio de Janeiro, 1911.

A LANTERNA. Editor: Benjamin Motta e Edgar Leuenroth, São Paulo, 1901.

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos do Estado*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

ANTUNES, Ricardo L. C. *O que é sindicalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

A PLEBE. Editor: Edgar Leuenroth, São Paulo, 1917.

A VOZ DO TRABALHADOR. Confederação Operária Brasileira, Rio de Janeiro, 1908 até 1913.

BOITO JR., Armando. *O sindicalismo de Estado no Brasil: Uma análise crítica da estrutura sindical*. Campinas: Unicamp/Hucitec, 1991.

CARONE, Edgard. *O Movimento Operário no Brasil (1877-1944)*. Rio de Janeiro: Difel, 1979.

CHAUÍ, Marilena de Souza. *O que ideologia*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

FERREIRA, Maria Nazareth. *O impasse da comunicação sindical*. São Paulo: Cebela, 1995.

_____. *Imprensa Operária no Brasil*. São Paulo: Ática, 1988.

GIANOTTI, Vito. *História das lutas dos trabalhadores no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007

GÓES, M. Conceição de. *A formação da classe trabalhadora*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

JORNAL DOS TIPÓGRAFOS. Associação dos Tipógrafos do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1858.

LENIN, Vladimir Ilich. *Acerca de la prensa*. Moscou: Progresso, 1980.

_____. *O que fazer? A organização como sujeito político*. São Paulo: Martins, 2006.

LOBO, Marta Santos da Silva Holanda. *O Tecelão negro: mitos na indústria têxtil no Brasil*. Florianópolis, 2004. Disponível em: <http://malembemalembe.ceart.udesc.br/textos/lobo2.doc>. Acessado em: 4 mai. 2008.

MARCONDES FILHO, Ciro (org.). *Imprensa e capitalismo*. São Paulo: Kairós, 1984.

MARIANI, Bethânia. *O PCB e a imprensa*. Rio de Janeiro: Revan, 1998

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. 3. ed. Lisboa: Editorial Presença, 1976.

_____. *O Capital. Livro Primeiro – O Processo de produção do Capital*. Vol. I e II. 20 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MENDES, Álvaro. *Breve história da imprensa sindical no Brasil*. In: Cadernos da Comunicação. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2005.

O AMIGO DO POVO. Editor: Neno Vasco, São Paulo, 1902.

O PROLETÁRIOO. Editor: J. F. de Souza Recife, 1847.

O SOCIALISTA. São Paulo, 1896.

O SOCIALISTA. Jornal político, chistoso e commercial, Rio de Janeiro, 1878

PENNA, Lincoln de Abreu. *Imprensa e Política no Brasil: a militância jornalística do proletariado*. Rio de Janeiro: E-papers, 2007.

RUBIM, A. A. C., apud FERREIRA, Maria Nazareth. *Comunicação e resistência na imprensa proletária*. São Paulo: ECA/USP (tese de livre docência), 1990.

SANTIAGO, Cláudia & GIANOTTI, Vito. *Comunicação sindical: falando para milhões*. Petrópolis: Vozes, 1997.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 4 ed. Rio de Janeiro: Mauad,

7. ANEXOS:

1. Capa da 1ª edição de “A Voz do Trabalhador, de 1908. Fonte: Acervo Fundação Biblioteca Nacional.

2. Capa especial da 30ª edição em comemoração ao Primeiro de Maio de 1913 de “A Voz do Trabalhador”. Fonte: Acervo Fundação Biblioteca Nacional.

3. Capa especial da 39ª edição de “A Voz do Trabalhador” sobre o Segundo Congresso Operário. Fonte: Acervo Biblioteca Fundação Nacional.

4. Fotos de imigrantes chegando ao Brasil entre o final do século XIX e início do século XX. Fonte: <http://www.projetoimigrantes.com.br>

5. Fotos do Rio Antigo. Fonte: <http://www.flaviorio.globolog.com.br>